Universidade de Brasília

Faculdade de Educação Física - FEF

Trabalho de conclusão do curso – Licenciatura

A ELITIZAÇÃO DO FUTEBOL E SEUS IMPACTOS NO ACESSO ESCOLAR À MODALIDADE: UM ESTUDO SOBRE EXCLUSÃO E OPORTUNIDADES

Brasília,

2026.

Universidade de Brasília

Faculdade de Educação Física - FEF

Trabalho de conclusão do curso – Licenciatura

A ELITIZAÇÃO DO FUTEBOL E SEUS IMPACTOS NO ACESSO ESCOLAR À MODALIDADE: UM ESTUDO SOBRE EXCLUSÃO E OPORTUNIDADES

Trabalho realizado por Luan Elisson Barbosa da Silva-211066463, apresentado como parte escrita da matéria, Elaboração do projeto de trabalho de conclusão do curso, do curso de Licenciatura em Educação Física pela Universidade de Brasília.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Fernando Avalone De Athayde

Brasília

2026

RESUMO

O futebol ocupa um papel significativo na cultura brasileira e, ao longo da história, se firmou como uma das principais expressões da cultura corporal. Contudo, as mudanças econômicas que ocorreram nas últimas décadas, caracterizadas pela mercantilização do esporte, têm levado a processos de elitização que dificultam que crianças e adolescentes, em particular aqueles de famílias de baixa renda, tenham acesso a oportunidades de formação esportiva. Diante desse cenário, o estudo em questão teve como propósito analisar os efeitos da elitização do futebol sobre o acesso à prática esportiva, com foco nos estudantes das escolas públicas, além de entender a função da Educação Física nas escolas e as políticas públicas na promoção do esporte para todos. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, realizada por meio da revisão de literatura e entrevistas semiestruturadas com educadores de Educação Física da Escola Parque 308 Sul, localizada em Brasília-DF. A análise dos dados revelou que as desigualdades no acesso ao futebol são afetadas por aspectos econômicos, sociais e estruturais, como os altos custos associados a escolinhas esportivas, transporte, materiais, participação em competições e a falta de espaços públicos adequados para a prática do esporte. Os depoimentos dos professores também indicaram que as disparidades socioeconômicas impactam diretamente as oportunidades de desenvolvimento esportivo dos estudantes, demonstrando que a elitização do futebol não se limita apenas ao acesso à prática, mas se estende também às possibilidades de continuidade e progressão em ambientes de formação esportiva. Por outro lado, a escola pública foi apontada como um importante espaço para a democratização do esporte, ao oferecer experiências esportivas, promover reflexões críticas sobre as desigualdades no futebol e aumentar o acesso às diversas expressões da cultura corporal. No entanto, observou-se que a realização desse papel requer um aumento nos investimentos em infraestrutura, materiais esportivos, capacitação de professores e em políticas públicas direcionadas ao esporte educacional. Dessa forma, conclui-se que a democratização do futebol demanda ações integradas entre o Estado, as escolas, as comunidades e outras instituições sociais, considerando o esporte como um direito social e educacional. Assim, a Educação Física nas escolas desempenha um papel vital na criação de práticas pedagógicas inclusivas, contribuindo para a formação crítica dos estudantes e para o enfrentamento das desigualdades presentes no futebol e na sociedade brasileira.

Palavras chave: Futebol; Elitização; Educação Física escolar; Democratização do esporte; Políticas públicas.

RESUMO..... 3
1.INTRODUÇÃO.....5
1.1 Justificativa.....9
1.2. Objetivo Geral..... 11
1.3. Objetivos Específicos..... 11
1.4. Metodologia..... 11
2. CAPÍTULO 1 – FUTEBOL, SOCIEDADE E ELITIZAÇÃO: DA FORMAÇÃO POPULAR À MERCANTILIZAÇÃO DA MODALIDADE..... 13
2.1. Breve histórico do futebol no Brasil e sua relação com as classes populares.. 13
2.2. A mercantilização e a privatização do futebol: conceitos e processos..... 17
2.3. Elitização do acesso: escolinhas pagas, clubes privados e barreiras socioeconômicas.....20
2.4. Implicações da elitização na formação esportiva de base.....22
3. CAPÍTULO 2 – RESULTADOS E DISCUSSÕES. O FUTEBOL NA ESCOLA PÚBLICA: PERCEPÇÕES DE PROFESSORES E GESTORES SOBRE ACESSO E EXCLUSÃO.....23
3.1. O papel da escola pública no acesso ao esporte..... 23
3.2. Educação Física escolar e o lugar do futebol no currículo..... 27
3.3. Percepções de professores de Educação Física sobre as barreiras enfrentadas por estudantes de baixa renda..... 28
3.4. Dificuldades estruturais, materiais e sociais para a prática do futebol na escola..... 33
4. CAPÍTULO 3 – CAMINHOS PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO FUTEBOL ESCOLAR: POLÍTICAS E PRÁTICAS POSSÍVEIS.....39
4.1. O direito ao esporte na Constituição Federal..... 39
4.2. ECA no esporte.....40
4.3 LDB no Esporte.....43
4.4. Programas públicos e iniciativas voltadas à inclusão esportiva nas escolas.... 45
4.5. Propostas pedagógicas e estratégias de enfrentamento à elitização.....47
4.6. Possibilidades para a democratização do futebol no contexto da Educação Física escolar..... 49
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 56
5.1 Apêndice A – Roteiro de entrevista.....59
5.2. Apêndice B.....61
5.3. Anexo A – Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE).....62
6. REFERÊNCIAS..... 64

1.INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o futebol brasileiro tem passado por um processo de elitização, caracterizado pelo aumento dos custos para praticar o esporte, a predominância de centros de treinamento privados e a redução do investimento público em projetos sociais e escolares. Essa transformação tem contribuído para o afastamento de crianças e adolescentes de baixa renda da vivência esportiva, especialmente no ambiente escolar. Essa situação demonstra, de maneira notável, aquilo que Ebling (2014) chama de "custo da elitização" do futebol no Brasil. Em sua análise, ele defende que as questões financeiras fizeram do futebol um show regido pelas regras do comércio e por grandes eventos, a exemplo do Mundial de 2014.

Segundo Ebling (2014), a transformação em espetáculo, impulsionada pelas maiores organizações sobretudo a "FIFA", aumentam a divisão social, beneficiando um público mais rico e deixando de lado as pessoas mais humildes.

A Lei Pelé (Lei nº 9.615/1998) participou diretamente do processo de organização do esporte brasileiro sendo um marco regulatório importante. Ao mesmo tempo, seguindo uma tendência dos anos 1990, fortaleceu a mercantilização esportiva em nosso país, contribuindo para o processo que Linhales (1996) denominou de liberalização esportiva.

Em outras palavras, a adaptação do esporte às regras de mercado, à lógica empresarial e comercial, reconhecendo a forma mercadolṕgica deste fenômeno. Tal transformação ocorreu sob o discurso da necessidade de modernização e profissionalização das gestões esportivas, possibilitando, ao mesmo tempo, a compreensão do contexto de expansão e a valorização econômica do esporte.

A título de ilustração do potencial econômico do esporte, o documento intitulado "Relatório PIB do Esporte Brasileiro", elaborado pelo "Instituto Sou do Esporte" em conjunto com a consultoria da "EY. A estimativa", destacou que o esporte foi responsável por R$ 183,4 bilhões de movimentação econômica em 2023, o que representava 1,69% do PIB do país. Esse valor representa a soma das atividades econômicas referentes à área como: a produção de bens e serviços, organização de eventos no país e a consumação de artigos, essa porcentagem representou um aumento de 4,1% em comparação com os dados do ano anterior. O estudo revelou que a cada 1 real investido com dinheiro público nos esportes, o setor esportivo consegue devolver 12 reais para investimentos públicos e 23 reais para os privados.

Esse efeito multiplicador seria um dos argumentos a ser utilizado para a renovação da Lei de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438/2006), instrumento que permite que pessoas físicas e jurídicas destinem parte do Imposto de Renda devido para financiar projetos esportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte[1].

Segundo o estudo "PIB do Esporte Brasileiro", desenvolvido pelo Instituto Sou do Esporte em parceria com a Ernst & Young (EY), os clubes esportivos brasileiros responderam por aproximadamente R$ 8,1 bilhões do PIB do esporte em 2023, correspondendo a cerca de 4,41% do valor gerado pelo setor esportivo nacional, porém deve ser levado em consideração que esses valores ainda não incluem a atuação da “BETS” no cenário esportivo, que influência tanto os clubes com patrocínios extravagantes, e muito além do que era a realidade do futebol brasileiro há pouco tempo e que também movimentam quantias gigantescas de dinheiro nos aplicativos das casas de apostas entre os torcedores, movimento que está em plena expansão em todo o território nacional.

É notável como a expansão financeira do futebol no Brasil se reflete no aumento expressivo das receitas dos clubes, advindas de transmissão, patrocínios e acordos comerciais. A crescente importância dos campeonatos nacionais e internacionais, impulsionou o futebol no mundo do entretenimento esportivo. Isso chamou a atenção de grandes investidores e de empresas que querem ligar suas marcas ao esporte. Um destaque recente é o crescente aumento das casas de apostas esportivas como patrocinadoras de times e torneios, movimentando cifras cada vez maiores no mercado esportivo do país.

Essa situação mostra que o futebol está cada vez mais guiado pela lógica do mercado, com foco em interesses financeiros e planos de negócios. Assim, ele se firma como parte da indústria do espetáculo, mudando a forma como as pessoas o assistem, consomem e participam do esporte. Segundo Bentes (2025), “o PIB do esporte brasileiro é ainda maior do que o calculado, pois o estudo não teve acesso, por exemplo, a valores gerados por apostas, Esports ou atividades informais, como trabalho de ambulantes em eventos esportivos. Segundo o estudo os segmentos que mais contribuem para o PIB esportivo são: Comércio de artigos esportivos 25%, Atividades recreativas 25%, Indústria 13%, Mídia e publicidade 7%.

[1] Disponível em: https://www.cob.org.br/comunicacao/noticias/relatorio-pib-do-esporte-brasileiro-mostra-potencial-da-industria-esportiva-brasileira. Acesso em: 22 jun. 2026.

Diante desse cenário de crescimento econômico expressivo do setor esportivo, é fundamental refletir sobre como essa expansão financeira impacta na formação e desenvolvimento esportivo, especialmente o futebol. Embora os dados demonstram o potencial do esporte como motor econômico nacional, é necessário analisar se esse crescimento está sendo acompanhado por políticas efetivas de democratização do acesso. Nesse sentido, o estudo de Balzano et al. (2019) enriquece essa discussão ao mostrar que o futebol consegue servir como ferramenta de inclusão social e escolar, desde que haja projetos bem planejados.

A pesquisa evidenciou que jovens negros, oriundos de famílias de baixa renda, apresentaram maior integração ao ambiente de uma escola particular por meio da prática esportiva, indicando que o futebol pode favorecer processos de inclusão, ampliação das relações sociais e acesso a novas oportunidades educacionais. Contudo, esses resultados não devem ser interpretados como garantia de ascensão social, mas como possibilidades que dependem da existência de políticas públicas, projetos sociais consistentes e de condições estruturais que ampliem as oportunidades para esses estudantes**.**

Os autores também ressaltam que a atividade esportiva promoveu o fortalecimento das relações sociais, além de contribuir para o aumento da autoestima e o sentimento de pertencimento dos estudantes ao ambiente escolar. Assim, o futebol deixa de ser apenas um esporte competitivo e se transforma em uma importante ferramenta educacional, capaz de ajudar na redução das desigualdades e na ampliação das oportunidades tanto educacionais quanto sociais para grupos que historicamente foram marginalizados.

No entanto, os resultados do estudo nos mostram que essa capacidade inclusiva está atrelada à presença de ações que assegurem o acesso igualitário ao esporte. Em um cenário onde a elitização do futebol está aumentando, essas oportunidades acabam por se restringir, o que pode limitar sua eficácia em promover inclusão e ascensão social.

O aumento da profissionalização, dos custos de formação e da presença massiva de patrocinadores e casas de apostas evidencia um processo de mercantilização que pode limitar o acesso das camadas populares, embora muitos jovens vejam no futebol uma chance de mudar suas vidas, é fundamental entender que a ascensão social através do esporte é uma realidade que apenas uma pequena parcela dos atletas conseguem alcançar. Como citado por Balzano et al. (2019), o futebol pode ajudar em processos de inclusão social e educacional

quando faz parte de projetos pedagógicos e sociais bem estruturados, promovendo o desenvolvimento de relações interpessoais, o fortalecimento do senso de pertencimento e a ampliação das oportunidades educacionais.

O futebol deve ser visto menos como uma forma de combater a pobreza e mais como uma expressão da cultura corporal, no contexto educacional ele tende a valorizar as experiências, fortalecer as relações sociais e apoiar a construção da cidadania. Como analisa Saviani (2008), a educação possui um potencial para transformação, mas não atua de maneira isolada frente às contradições sociais, podendo tanto ajudar na superação quanto na perpetuação das desigualdades sociais.

Dessa forma, o aumento do PIB do esporte destaca a urgência de ações governamentais como a Lei de Incentivo ao Esporte, não só como um incentivo tributário, mas também como uma ferramenta essencial para assegurar que a expansão econômica do setor não agrave as disparidades já existentes. Apesar do futebol gerar receitas bilionárias e ter um papel importante na economia do país, essa riqueza é repassada de maneira desigual.

Apenas uma minoria de clubes e atletas acumulam a maior parte dos recursos financeiros,a realidade atual demonstra que a maioria dos jogadores brasileiros enfrentam baixos salários, contratos instáveis e condições de trabalho inadequadas. Assim, o futebol também reflete as contradições da sociedade, mostrando que seu crescimento econômico não resulta, por si só, em uma democratização do acesso, valorização profissional ou diminuição das desigualdades sociais.

Embora a prática esportiva seja garantida pela Constituição Federal de 1988 como um direito de todos, com foco no esporte educativo, notamos que o governo tem investido menos em ações que levem o esporte para todos. A secundarização e, por consequência, a diminuição do alcance de projetos como o “Programa Segundo Tempo” e a falta de força ou continuidade de programas como o “Esporte na Escola” mostram um contraste com o aumento da influência do mercado no setor.

A hegemonia da dimensão econômica e da indústria do esporte reverbera no arcabouço legal, como, por exemplo, nas Leis Zico e Pelé, que simbolizaram os interesses liberalizantes do setor. Por outro lado, a escola, que deveria ser o principal lugar de acesso ao esporte, continua a enfrentar problemas estruturais.

As orientações do Plano Nacional de Educação (PNE – 2014-2024) destacam a relevância da educação integral e da expansão das chances de atividades físicas e esportivas no ambiente escolar, considerando o esporte essencial para o crescimento pessoal. Ao mesmo tempo, a Política Nacional do Esporte (PNEsp) de 2005 oferece instruções para tornar o acesso ao esporte mais democrático em diferentes contextos sociais, incentivando a criação de projetos e atividades que aumentem o alcance do esporte educativo e de participação.

Entretanto, é perceptível que, na realidade, tanto os objetivos do PNE quanto às orientações da PNEsp, esbarram com obstáculos ligados à falta de recursos e de políticas governamentais, o que leva a uma situação em que o acesso ao futebol principalmente para crianças e jovens das escolas públicas, se tornem cada vez menor. Essa diferença entre o que é esperado nas políticas nacionais e o que realmente acontece, mostra como o esporte está se tornando mais elitizado e como o papel do governo no incentivo ao direito ao esporte está diminuindo.

Diante desse cenário, este trabalho busca investigar de que forma a elitização do futebol impacta o acesso escolar à prática da modalidade, considerando fatores como o recuo do Estado na promoção do esporte educacional, a mercantilização dos espaços de formação e o papel da escola na democratização do esporte. A pesquisa pretende contribuir para o debate sobre o direito ao esporte e suas implicações sociais e educacionais no contexto atual.

1.1 Justificativa

O futebol possui uma presença marcante na identidade cultural brasileira, sendo historicamente um dos esportes mais acessíveis e populares entre crianças e jovens. No entanto, a crescente mercantilização e privatização do futebol têm transformado seu caráter inclusivo em uma prática cada vez mais restrita a determinados grupos sociais. Compreender os impactos dessa elitização no contexto escolar é relevante não apenas do ponto de vista educacional, mas também social e político. O afastamento da população jovem de baixa renda do futebol pode aprofundar desigualdades e comprometer o direito ao esporte como previsto na legislação brasileira, incluindo a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

A escola, por ser um ambiente de desenvolvimento integral e humanístico, bem como de proteção dos direitos de crianças e adolescentes, tem entre suas importantes funções dar acesso a conteúdo da cultura corporal. Desse modo, examinar como o futebol se torna elitizado possibilita mostrar como questões econômicas maiores, como a diminuição do financiamento governamental, o aumento de centros de treinamentos privados e a visão do esporte como produto, afetam diretamente a possibilidade das escolas de incentivar vivências esportivas variadas e de qualidade.

A pesquisa ganha ainda mais importância ao levar em conta normas educativas e esportivas atuais, como o Plano Nacional de Educação (2014–2024) e a Política Nacional do Esporte (2005), que enfatizam a necessidade de aumentar o acesso ao esporte educativo e às práticas corporais nas escolas.

Entender os fatores que promovem e agudizam a elitização do futebol é fundamental para notar problemas, indicar soluções e fortalecer iniciativas que garantam a democratização do esporte, ajudando a promover a igualdade e a justiça social. Justifica-se, portanto, a realização deste estudo, que pode subsidiar a elaboração de políticas públicas e estratégias pedagógicas voltadas à ampliação do acesso ao esporte, especialmente nas escolas públicas, reafirmando o papel do futebol como instrumento de inclusão, desenvolvimento integral e cidadania.

Ao utilizarmos o descritor de busca “elitização do futebol” no Google Acadêmico, obtivemos o retorno de 274 ocorrências, o que indica uma produção relevante sobre a temática. No entanto, ao associarmos esse descritor ao termo “esporte escolar”, o número de ocorrências reduz-se significativamente, totalizando apenas sete trabalhos.

Ademais, tais estudos não se dedicam a problematizar os possíveis impactos da elitização do futebol profissional sobre o acesso à modalidade no contexto escolar. Em geral, essas produções concentram-se em análises críticas da metodologia de ensino do futebol, na formação em categorias de base ou nos impactos da realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil.

Essa lacuna na produção de conhecimento reforça a importância de investigar, ainda que de forma inicial, de que maneira essas duas dimensões - o esporte elitizado e o esporte escolar - se articulam e produzem efeitos sobre o acesso e a prática da modalidade.

1.2. Objetivo Geral

Investigar de que maneira o processo de elitização do futebol influencia o acesso de crianças e adolescentes em idade escolar à prática da modalidade, especialmente no contexto da escola pública.

1.3. Objetivos Específicos

- Analisar o impacto da mercantilização e da privatização do futebol na oferta de oportunidades para a prática da modalidade no ambiente escolar.
- Identificar percepções de professores de Educação Física e/ou gestores escolares sobre as dificuldades enfrentadas por estudantes de baixa renda para acessar o futebol como prática esportiva.
- Levantar possíveis estratégias ou políticas públicas que possam promover a democratização do acesso ao futebol no contexto da Educação Física escolar.

1.4. Metodologia

O estudo se caracterizou como uma pesquisa descritiva com uma abordagem de cunho qualitativo, compreendendo que essa metodologia permite se aprofundar em temáticas relacionadas ao Futebol, Educação Física escolar e ao processo de elitização referentes ao contexto social e educativo. A escolha pelo estudo qualitativo se fundamentou pela interpretação crítica de aspectos históricos, culturais e pedagógicos ligados ao ensino das práticas do futebol, buscando compreender as razões de determinadas práticas escolares contribuírem com as reproduções e os enfrentamentos das desigualdades inseridas nos ambientes escolares e esportivos.

Ao decorrer da pesquisa, foram utilizados referenciais bibliográficos, incluindo artigos científicos, livros, documentos oficiais e produções acadêmicas relacionadas à Educação Física nas escolas, democratização do esporte, futebol feminino, inclusão social e abordagens pedagógicas críticas. Adicionalmente, foi realizada uma análise de documentos, relatórios, legislações, estudos institucionais e dados oficiais sobre os investimentos públicos e privados

no esporte. Isso possibilitou uma reflexão acerca das desigualdades estruturais existentes no futebol e suas consequências na formação e no acesso de jovens atletas das classes populares.

Além disso, foi realizada uma pesquisa documental, relacionada às políticas públicas e aos investimentos no esporte brasileiro. Esses materiais sustentaram a análise das desigualdades estruturais no futebol e das iniciativas destinadas à democratização do acesso à prática esportiva.

Estudos de caso também foram levados em conta, focando em projetos sociais e instituições de ensino que utilizam o futebol como uma ferramenta para a inclusão social e a formação da cidadania, destacando o potencial da Educação Física escolar e das práticas esportivas na promoção da democratização do esporte.

A investigação dessas produções possibilitou a elaboração de reflexões sobre a função da escola e da Educação Física na formação crítica dos estudantes, além de estimular práticas pedagógicas mais inclusivas, democráticas e comprometidas com a luta contra as desigualdades evidentes tanto no futebol quanto na sociedade.

Visando preservar a identidade dos participantes e respeitar os princípios éticos da pesquisa, os professores que foram entrevistados não foram mencionados pelo nome durante todo o estudo. As entrevistas foram realizadas de maneira individual, levando em conta as percepções e vivências que os educadores compartilharam sobre os tópicos em análise.

Os professores entrevistados foram identificados ao longo do trabalho pelas siglas **P1, P2,P3,P4,P5,P6,P7,P8**, garantindo o anonimato. Foram entrevistados 8 professores de Educação Física da Escola Parque 308 Sul - Brasília-DF, no período de 17 de Abril de 2026 a 05 de Maio de 2026.

As entrevistas foram conduzidas de maneira individual e apresentaram um formato semi estruturado, baseado em um roteiro composto por 19 perguntas abertas (Apêndice A), criado com base nos objetivos do estudo. As entrevistas duraram em média 40 minutos cada, realizadas em um espaço reservado na Escola. Com a permissão dos participantes, as entrevistas foram registradas em áudio e, em seguida, transcritas na íntegra para apoiar a análise qualitativa dos dados.

2. CAPÍTULO 1 – FUTEBOL, SOCIEDADE E ELITIZAÇÃO: DA FORMAÇÃO POPULAR À MERCANTILIZAÇÃO DA MODALIDADE

2.1. Breve histórico do futebol no Brasil e sua relação com as classes populares

O futebol pode ser descrito de diversas maneiras além da prática esportiva, podendo ser considerado um produto cultural, comercial e de poder simbólico, histórico e cultural. Portanto, estudar a sua história implica em se aprofundar em importantes processos sociais como a urbanização, a construção da identidade nacional, racialização, imigrações, entre outros aspectos que o transformam em um objeto de disputa política e econômica.

Fontes afirmam que o futebol chegou ao Brasil em meados de 1884, momento em que o país passava a ter o seu primeiro presidente civil Prudente de Morais, inicialmente o futebol era um esporte de elite praticado em clubes fechados e apenas uma parcela da sociedade que fazia parte dessa faixa elitizada o praticava, sendo visto como uma prática excludente de distinção social e racial (LOPES, 1998), essa fase foi caracterizada pela institucionalização do jogo com regulamentos, clubes-sedes e calendários locais.

Com o passar dos anos, à medida que o tempo foi avançando, o futebol se expandiu para além dos círculos restritos dos clubes de elite, infiltrando-se nos subúrbios, nas indústrias, nas instituições de ensino e nos locais de uso comum, integrando-se ao dia a dia das populações menos favorecidas. Essa expansão aumentou sua influência e converteu o esporte em um componente fundamental da identidade cultural do país.

Conforme ressalta Vieira (2016), o futebol alimenta os sonhos de crianças e jovens, mobilizando milhões de pessoas e tornando-se, entre as décadas de 1950 e 1960, um elo poderoso entre as massas. Nesse contexto, o futebol começou a interagir com as mudanças sociais, políticas e culturais que ocorreram no país, espelhando as tensões, valores e conflitos presentes na sociedade brasileira, sem que isso compreenda atribuir ao esporte, de forma isolada, o poder de gerar essas transformações.

Logo no início do século XX, o futebol foi saindo aos poucos dos círculos fechados dos clubes particulares e invadiu as ruas, os campos abertos, as fábricas e as associações comunitárias nos centros das cidades. Essa mudança aconteceu junto com a expansão dos bairros de trabalhadores e o surgimento de times ligados a imigrantes e operários, a exemplo do Corinthians, Vasco da Gama e Palestra Itália (o atual Palmeiras), que romperam com o

modelo excludente das elites. Nesses lugares, o futebol ganhou um jeito mais livre e coletivo, se tornando uma atividade comum que refletia o dia a dia da cidade e as relações sociais das pessoas mais humildes.

Essa popularização foi essencial para fazer do futebol um grande evento cultural, permitindo que aqueles que antes não tinham espaço encontrassem no esporte um lugar para se sentir parte de algo, mostrar quem são e se fortalecer socialmente. Nesse sentido, autores como DaMatta (1997) ressaltam que o futebol representa uma forma singular de expressão da sociedade brasileira, funcionando como espaço de manifestação de emoções profundas, paixão, dor, alegria, frustração, pertencimento que se articulam em torno de práticas e símbolos compartilhados.

A história do futebol no Brasil carrega consigo fortes traços de racismo e de uma desigualdade que se firmou nas estruturas sociais desde o começo do século passado. Logo que o esporte começou a se organizar no país, os clubes, frequentados pela elite, criaram regras que impediam a participação de negros, pardos e pessoas de baixa renda. Eles usavam a "boa aparência", a necessidade de ter estudado e até o tipo de roupa como forma de manter o futebol restrito a pessoas brancas e ricas, buscando perpetuar uma elitização da modalidade.

Ao mesmo tempo, situações como a descrita acima, demonstra como o Brasil, após a abolição, manteve mecanismos de segregação social e cultural da população negra. Para driblar essa situação, muitos jogadores negros usavam de artifícios, como clarear a pele com maquiagem ou usar nomes europeus para esconder de onde vinham.

Paralelamente, ligas e times amadores ganhavam força, recebendo operários e reinventando o futebol como um passatempo coletivo, priorizando o talento independentemente da posição social. A inserção progressiva de jogadores negros e de origem humilde, principalmente nas décadas de 20 e 30, renovou profundamente a forma e a beleza do futebol no Brasil, moldando uma identidade no esporte caracterizada pelo jogo criativo, a improvisação e a expressividade física. Essa projeção teve um grande efeito na cultura, convertendo o futebol Apesar dessa mudança, não significa que o futebol tenha se afirmado como um fenômeno de mobilidade social. Embora existam exemplos marcantes de atletas que vieram das classes mais baixas, a profissionalização sempre esteve relacionada a

oportunidades extraordinárias restritas acessadas apenas por uma pequena parte dos que jogam.

A virada para o profissionalismo no futebol, em 1933, representou um marco importantíssimo para que o esporte se firmasse entre o povo, quebrando de vez com o modelo amador e elitista que predominava nos clubes mais antigos desde o fim do século XIX.

Desse instante em diante, o futebol deixou de ser apenas um passatempo das elites e se tornou uma chance real de melhorar de vida para jovens negros, mestiços e operários que, até então, tinham pouco espaço no esporte. Conforme destaca Vieira (2016), o futebol passou a ocupar um espaço cada vez mais relevante na sociedade brasileira, tornando-se uma importante manifestação cultural e social.

O pagamento dos jogadores fez com que muitos largassem seus trabalhos difíceis para se dedicarem totalmente ao futebol, enquanto times de bairro e grupos de trabalhadores ganharam destaque ao revelar jogadores que seriam contratados pelos grandes clubes do país. Essa mudança ajudou a aumentar a paixão entre o futebol e as pessoas, tornando-o um dos maiores símbolos da cultura brasileira.

Além disso, o profissionalismo aumentou a presença do esporte nos jornais, nas rádios e nas novas formas de diversão da cidade, fortalecendo sua importância na cabeça das pessoas e expandindo seu papel como um lugar de competição econômica, social e cultural. Simultaneamente, esse processo sinalizou o começo da conexão entre o futebol e interesses financeiros que, mais tarde, se tornariam mais reconhecidos com a comercialização do esporte (VIEIRA, 2016).

Nas décadas de 50 a 70, o futebol se estabeleceu firmemente como um dos maiores ícones da identidade brasileira, ganhando destaque na cultura, nas emoções e na política do país. Essa época foi marcada pela criação de histórias compartilhadas importantes, como a dor da derrota no Maracanã em 1950 o famoso “Maracanazo”, e pela fama de ídolos do povo, especialmente jogadores negros e mestiços, como Pelé, Garrincha, Didi e muitos outros que viraram exemplos no mundo todo. Para Rinke (2007), o futebol passou a ter um papel significativo na formação da identidade nacional e na imagem global do Brasil, enquanto se estabeleceu como um fator crucial para a mobilização política e simbólica.

Esses atletas, vindos principalmente das classes mais humildes, representaram a ascensão social e a valorização de uma identidade brasileira baseada na criatividade, na ginga e na técnica, características que sempre lembram o "jeito brasileiro de jogar". Ao mesmo tempo, a seleção brasileira foi usada por diferentes ideias políticas, desde a tentativa de dar uma nova imagem ao país depois da guerra até o uso claro do futebol como propaganda nacionalista durante o regime militar, principalmente na conquista do tricampeonato em 1970.

Assim, além de esporte o futebol se tornou um meio cultural e político capaz de criar sentimentos de união, pertencimento e orgulho, fortalecendo sua ligação forte com o povo brasileiro, mas, ao mesmo tempo, ofuscando ou amenizando as profundas mazelas sociais do país. Entre as décadas 80 e 90, o futebol no Brasil experimentou uma mudança grande na sua organização, com o dinheiro e o comércio ganhando força, seguindo uma tendência global de liberalização e mercantilização do esporte. A TV e outros meios de comunicação ganharam proeminência no sentido desta mudança e modificaram a forma como o futebol era organizado.

Os times, que dependiam do apoio dos torcedores e eram reconhecidos como entidades recreativas e associativistas, começaram a perceber a importância do financiamento advindo da TV, dos patrocínios de empresas e dos interesses empresariais, mudando sua estrutura organizacional, financeira e, por vezes, jurídica.

Dentro dessa transformação profunda, o jogador virou um ativo econômico dos clubes, vendidos e comprados num contexto do mercado em expansão; e o futebol deixou de ser predominantemente uma paixão cultural para assumir as características de um negócio que valia muito dinheiro. Segundo Bracht (1997), o esporte contemporâneo é fortemente afetado pela dinâmica do mercado, priorizando interesses financeiros, a apresentação do espetáculo e a performance atlética.

Desde o início dos anos 2000, principalmente com a aproximação da Copa do Mundo de 2014, o futebol brasileiro testemunhou uma modernização rápida em sua infraestrutura, levando à troca dos estádios antigos por arenas modernas e de multiuso. Essa mudança, focada em conforto, segurança e lucratividade, seguindo os padrões internacionais, mudou a vivência do torcedor, dificultando o acesso para os torcedores de baixa renda devido ao

aumento grande dos preços dos ingressos e à criação de áreas “VIP” ou camarotes para empresas e planos de sócio torcedor.

Desse modo, áreas que antes eram frequentadas por trabalhadores e populares, como a famosa “geral no Maracanã”, sumiram, ajudando no processo de elitização dos estádios, onde a classe trabalhadora perde espaço para um público com mais dinheiro. Castro (2016) mostra que esse processo expandiu as discussões sobre o direito ao acesso aos estádios e reforçou os movimentos de oposição à elitização do futebol, enfatizando as opiniões divergentes entre a lógica do mercado e o futebol enquanto patrimônio cultural.

> A mercadorização do futebol brasileiro ganhou força a partir de 2007 com a escolha do Brasil como sede da Copa do Mundo FIFA de 2014, responsável por modificar as estruturas físicas dos estádios, com a divisão por setores, a instalação de cadeiras e os contratos de concessão com empreiteiras para a realização das obras. As novas estruturas ocasionaram uma mudança drástica no acesso dos torcedores, modificando o padrão socioeconômico e a forma de torcer dentro do estádio, mudando assim a cultura torcedora vigente. Neste sentido, início com o termo mercantilização utilizado pelos pesquisadores estrangeiros e brasileiros (Santos, 2016; Guilianotti, 2010).

Essa mudança no perfil dos torcedores alteraram os costumes e o ambiente dos jogos, confirmando a imposição da lógica do mercado no futebol, aumentando as diferenças sociais e afastando do espetáculo esportivo uma parcela da sociedade que estava na base da sua história e identidade.

2.2. A mercantilização e a privatização do futebol: conceitos e processos

Conforme demonstramos no tópico anterior, desde o final do século passado, o cenário do futebol no Brasil se transformou radicalmente, impulsionado por uma forte onda comercial. Antes visto como manifestação cultural e social, o esporte se tornou um produto inserido nas engrenagens do mercado.

Segundo Vieira (2016), esse fenômeno se intensificou com o papel da mídia, que elevou o futebol a um espetáculo de massa altamente rentável. A crescente relevância das transmissões na TV, dos acordos de publicidade e da comercialização dos direitos de imagem remodelou a relação entre clubes, jogadores, torcidas e o esporte em si. Técnicos, atletas e a diretoria passaram a ser peças dentro de uma estrutura empresarial, sujeitos às pressões por

resultados, desempenhos e lucros. Nesse novo panorama, os torcedores deixaram de ser membros de uma comunidade unida pelo futebol e se tornaram consumidores, clientes e meros espectadores, alterando o papel social do esporte.

Essa mudança faz parte de um fenômeno maior, o “esporte-espetáculo”, consequência da crescente influência do dinheiro, da mídia e das empresas no futebol. Aquele jogo, que antes nascia livre e surpreendente nas ruas, nos campos de várzea e nos bairros, agora se vê preso a interesses financeiros que definem datas, modelos de torneios, acordos exclusivos e visuais pensados para vender e entreter.

Neste cenário, o futebol não é mais visto unicamente como uma expressão cultural popular, mas começa a fazer parte de uma dinâmica empresarial em que o entretenimento, o consumo e a lucratividade se tornam fundamentais, gerando efeitos que também se manifestam no acesso às chances de formação esportiva.

Vieira (2016) destaca que a legislação foi crucial nessa transformação, notadamente o fim da "Lei do Passe" e a chegada da "Lei Pelé", que trouxeram novas normas para a transferência de jogadores. Essas alterações ajudaram a fortalecer uma visão de mercado no futebol, onde os atletas se viram mais envolvidos nas negociações comerciais e nos contratos entre clubes, agentes e outros participantes do esporte. Atualmente, essa dinâmica se intensificou com a criação das SAFs, estrutura que facilita a participação de investidores privados, tanto do Brasil quanto de outros países, na gestão dos clubes.

Além disso, a divisão dos direitos de transmissão entre diversas empresas, plataformas de streaming e grandes grupos digitais aumentou ainda mais o peso do dinheiro no esporte. Apesar de ser divulgado como uma solução para dívidas antigas, visando aprimorar a administração, o sistema acaba por fortalecer a mentalidade de negócio, ao priorizar os anseios do setor financeiro em detrimento das escolhas esportivas, o que pode gerar disparidades entre clubes, regiões e as categorias de base. Mascarenhas (2024) ressalta que a transferência de entidades esportivas para o setor privado geralmente aumenta o abismo entre o futebol dos mais ricos e a experiência da população menos favorecida, sobretudo se as iniciativas governamentais de apoio ao esporte continuam enfraquecidas.

Outro ponto importante está na conversão do atleta em um produto comercial no cenário mundial, impulsionada por redes internacionais de negócios, pela exportação de jovens atletas para o exterior e pela intensa cobertura da mídia. Vieira (2016) destaca que essa dinâmica impacta o desenvolvimento esportivo, dando prioridade a centros de treinamento particulares que operam como organizações de recrutamento e comercialização de talentos, frequentemente substituindo a função antes exercida por projetos sociais e instituições de ensino públicas. Ao mesmo tempo, a busca por rentabilidade remodela as categorias de base, incentivando a identificação antecipada, e a exclusão de jovens julgados "fora dos padrões", fortalecendo processos de elitização e filtragem social.

Esse processo ajuda a formar uma imagem social que vincula o futebol às chances de uma rápida ascensão econômica, principalmente entre os jovens das classes sociais menos favorecidas. A intensa influência da mídia sobre os jogadores que tiveram reconhecimento no cenário nacional, internacional e conquistaram um alto poder aquisitivo, fortalece o pensamento de que o esporte é uma rota fácil e acessível para escapar da pobreza. No entanto, essa história frequentemente esconde as verdadeiras situações enfrentadas por grande parte dos jovens envolvidos em processos de formação esportiva, já que apenas uma mínima parcela dos sujeitos que sonham em se tornarem jogadores de futebol, conseguem alcançar o alto desempenho e converter a atividade esportiva em uma carreira.

É fundamental reconhecer que o esporte, inserido nas sociedades atuais, também pode refletir dinâmicas de competições intensas, exclusões e desigualdades. A ênfase na performance, fortemente presente no futebol contemporâneo, tende a valorizar apenas aqueles que apresentam melhores habilidades técnicas e físicas, enquanto os outros muitas vezes são deixados de lado nos sistemas de formação esportiva. Esse pensamento contribui para a criação de cenários altamente seletivos, onde o sucesso de um número restrito de indivíduos é usado para justificar a exclusão de muitos outros, reforçando os mecanismos que vão contra os princípios de democratização e inclusão frequentemente associados ao esporte.

À pressão exercida sobre jovens e crianças que ingressam precocemente nos sistemas de treinamento esportivo é outra discussão importante em questão. A busca por resultados, contratos profissionais e retorno financeiro pode resultar em processos antecipados sobre o desenvolvimento motor, cognitivo, social, abandono escolar, sobrecarga tanto física quanto

psicológica, além de frustrações decorrentes das expectativas criadas em relação a uma carreira esportiva que, para a maioria, é difícil de se concretizar. Assim, o futebol deixa de ser apreciado como uma prática cultural, educativa e recreativa, sendo encarado sob o olhar do mercado focado na produtividade e nos resultados.

Em continuidade, a mercantilização transforma o futebol em um artefato de consumo e altera os significados associados à própria prática esportiva. Aspectos como cooperação, participação, desenvolvimento humano e a convivência social podem ser substituídos pela prioridade na performance, na competitividade extrema e no lucro. Assim, é essencial entender que o esporte, por si só, não é um meio de inclusão ou transformação social. Seus efeitos dependem das intenções pedagógicas, das condições de acesso e das relações sociais com as quais interagem, podendo tanto ajudar a diminuir desigualdades quanto perpetuar os processos de exclusão presentes na sociedade.

Nesse contexto, Saviani (2008) observa que a educação não trabalha de maneira isolada em relação à estrutura social, podendo servir tanto para a manutenção quanto para a transformação das relações sociais existentes. Quando aplicada ao ambiente esportivo, essa reflexão destaca que o futebol não deve ser visto como uma prática intrinsecamente emancipadora, mas sim como um fenômeno social que deve ser analisado criticamente para que possa realmente contribuir para processos de inclusão, cidadania e democratização.

2.3. Elitização do acesso: escolinhas pagas, clubes privados e barreiras socioeconômicas

O encarecimento do futebol no Brasil é um fenômeno complexo que ganhou força nas últimas décadas, impulsionado pela modernização dos estádios e pela busca por padrões internacionais, como o selo “FIFA”. É importante notar a diferença entre modernização e elitização. Modernizar envolve melhorias estruturais em segurança, conforto e tecnologia. Elitizar, por outro lado, significa excluir pessoas devido ao aumento dos preços e às barreiras de acesso para o público geral, o coração das arquibancadas (EBLING, 2014).

A renovação dos estádios e a imposição de novas regras de comportamento afastaram os torcedores tradicionais. Um exemplo é o Maracanã, símbolo do futebol popular, onde a elitização se concretizou com a reforma e o aumento significativo nos preços dos ingressos, que subiram 300% entre 2003 e 2013, bem acima da inflação no período (CASTRO, 2016). A

troca do “torcedor comum” por um “consumidor de entretenimento” marcou o início de um novo modelo de “futebol como produto”, guiado por ideais neoliberais. Nas palavras de Ebling (2014, p.18), “esse processo transforma o futebol em um produto para consumo de uma minoria, negando o direito cultural e de identidade ao esporte para a população em geral”.

O encarecimento dos estádios tem gerado impactos profundos, afetando não só o acesso aos jogos, mas também a maneira como o futebol é vivenciado pelas pessoas. Ao afastar o “povão” das arenas, se afasta também a essência do futebol brasileiro, que sempre foi impulsionado pela paixão do povo e pelos cantos das torcidas. Ebling (2014) destaca que a experiência no estádio perdeu sua emoção tradicional.

O conforto de um assento numerado substitui o “calor humano” das arquibancadas, e o torcedor se torna um espectador passivo, não mais um participante ativo. Essa mudança afeta diretamente os jogadores, que sentem falta do apoio das torcidas nas áreas mais acessíveis do estádio. Além disso, a elitização influencia o acesso ao esporte nas escolas. Com o futebol se distanciando da realidade popular, crianças e jovens de áreas carentes têm mais dificuldade em se identificar com o esporte profissional.

O que antes era inspiração, se tornou um esporte para poucos. A exclusão promovida pelo encarecimento não se limita aos estádios. Ela se manifesta em políticas públicas que não valorizam o esporte de base e aumentam a desigualdade no acesso ao esporte nas escolas públicas. A demolição de casas populares perto dos estádios, como aponta Ebling (2014), mostra o preço social das grandes reformas urbanas focadas no espetáculo, e não na inclusão.

Assim, o processo de elitização vai além do simples consumo do espetáculo esportivo e começa a afetar também as possibilidades de formação de novos atletas. O ingresso nas escolinhas, clubes e centros de treinamento se torna cada vez mais controlado pelas condições socioeconômicas das famílias, revelando que as desigualdades existentes na sociedade se refletem também no interior do futebol (VIEIRA, 2016).

Dessa maneira, é fundamental entender a função da escola pública, da Educação Física nas escolas e das políticas públicas, a fim de debater estratégias que possam democratizar o acesso ao futebol e combater os processos de elitização que permeiam tanto o consumo quanto a prática esportiva.

2.4. Implicações da elitização na formação esportiva de base

A grande maioria dos jovens jogadores encontram no futebol não apenas um sonho, mas a única alternativa visível de transformação de vida. Contudo, esse sonho frequentemente é frustrado por uma realidade marcada por exigências físicas e emocionais intensas, seletividade extrema, exploração por empresários e clubes, e uma formação voltada mais para o rendimento do que para o desenvolvimento humano (VIEIRA, 2016, p. 50–55).

A crença de que o futebol pode vir a ser um instrumento de ascensão social para subir na vida é impulsionada por uma visão capitalista que usa o físico dos jogadores para gerar dinheiro. Jovens, advindos de situações difíceis, são atraídos por essa ideia vendida na mídia, que liga esporte de alto nível com riqueza e fama, porém poucos chegam lá. A educação formal, nesse caso, acaba sendo deixada de lado pelos próprios atletas e suas famílias.

A lógica também altera a maneira como os jovens são entendidos dentro das categorias de base. Segundo Teixeira (2025), os clubes começam a ver o atleta em formação como um investimento capaz de trazer retornos tanto esportivos quanto financeiros, atribuindo uma importância crescente ao seu potencial de valorização futura. Muitos pais, por causa de problemas financeiros, encaram o futebol como uma chance de ouro para melhorar a vida da família, fomentando apoio incondicional ao sonho dos seus filhos.

Vieira (2016) destaca que é essencial que os clubes e centros de treinamento não só preparem os atletas na parte técnica, mas também deem apoio na educação, na saúde mental e vida social, reconhecendo que nem todos vão brilhar no futebol, mas todos precisam estar prontos para a vida. Essa situação mostra ainda mais a importância de ações do governo que valorizem o esporte nas escolas como um direito e não como um produto para se vender, incentivando a participação de todos no esporte, com apoio pedagógico, e não como uma seleção que descarta talentos e acaba com sonhos. A transformação do futebol em algo para poucos, afeta a forma como as pessoas pensam, tirando dos jovens o direito de sonhar com um esporte historicamente idealizado como uma prática “democrática”.

Um fator adicional que intensifica a elitização no futebol brasileiro é a redução dos campos de várzea, que sempre foram celeiros de talentos informais. Em muitas cidades do

Brasil, esses campos vêm sendo substituídos por construções ou por campos de futebol society pagos, que exigem aluguel por hora para uso. Essa mudança impacta profundamente a facilidade de acesso ao esporte, que por muitos anos esteve ligado a áreas públicas e de uso coletivo.

Um ponto importante que impulsiona essa dinâmica é o aumento da profissionalização nas categorias de base, juntamente com a crescente importância dada a ambientes altamente especializados para aprimorar novos talentos esportivos. Recentemente, clubes e centros de formação têm dedicado mais recursos em instalações, tecnologia de ponta, suporte médico e condicionamento físico, o que, apesar de elevar o padrão técnico do treinamento esportivo, também dificulta o acesso.

Diante disso, muitos jovens se veem obrigados a passar por seleções rigorosas ou a participar de programas de treinamento pagos, o que, inevitavelmente, restringe as chances daqueles que não têm condições financeiras ou acesso a tais recursos.

Além das barreiras financeiras, esse modelo de treinamento causa impactos sociais significativos nos próprios jovens. Teixeira (2025) defende que a lógica comercial no futebol atual tende a reduzir o atleta à sua habilidade de gerar valor econômico, colocando as demandas do mercado acima dos aspectos educacionais, psicológicos e sociais.

Nesse contexto, aqueles que não atingem o desempenho esperado são precocemente desligados dos processos de formação, muitas vezes sem o apoio necessário para estruturar seus projetos de vida fora do universo esportivo. Essa realidade revela que a elitização da formação esportiva não diz respeito apenas ao acesso aos clubes ou escolinhas, mas também está ligada às maneiras como o sistema esportivo seleciona, valoriza e descarta seus atletas.

3. CAPÍTULO 2 – RESULTADOS E DISCUSSÕES. O FUTEBOL NA ESCOLA PÚBLICA: PERCEPÇÕES DE PROFESSORES E GESTORES SOBRE ACESSO E EXCLUSÃO

3.1. O papel da escola pública no acesso ao esporte

Em contrapartida à intensificação da mercantilização e elitização do futebol, observamos movimentos sociais que se opõem a essa mudança. O estudo de Castro (2016) sobre o Maracanã ilustra como a comunidade, unida em grupos e torcidas, tem se manifestado

contra a crescente comercialização do futebol. As batalhas por um “Maraca acessível a todos” mostram que ainda há margem para questionamentos e para a procura por um modelo esportivo mais justo e disponível para todos os segmentos da sociedade.

Nesse contexto, as instituições de ensino surgem como meios eficazes e relevantes; ao promover o esporte de forma consciente e inclusiva, a escola tem o potencial de reconectar o futebol com as camadas mais humildes da população, incentivando não só o aprimoramento físico, mas também o sentimento de identidade, integração e resistência cultural. Essa perspectiva aproxima-se da concepção de Saviani (2008), para quem a escola deve socializar o conhecimento historicamente produzido e contribuir para a formação crítica dos estudantes, e das reflexões de Bracht (1999), que compreende o esporte como um fenômeno cultural que pode ser apropriado pedagogicamente.

A escola, nesse contexto, deve ser pensada como espaço de reconstrução simbólica e de acesso real à modalidade. Garantir políticas públicas inclusivas, rever os modelos de gestão esportiva e valorizar o papel social do futebol são caminhos fundamentais para frear a exclusão e devolver ao povo o que foi historicamente conquistado nas arquibancadas.

A escola pública tem um papel essencial na democratização do acesso ao esporte. Ao contrário de centros de treinamento privados e escolinhas pagas, o ambiente escolar pode proporcionar oportunidades para a prática esportiva, sem custo e de forma acessível, para muitos alunos. A matéria de Educação Física, neste contexto, é um local importante para experimentar o futebol, permitindo que jovens e crianças tenham contato com o esporte, independentemente de suas condições socioeconômicas. Conforme defendem a BNCC (2018) e Bracht (1997), ao reconhecerem o esporte como conteúdo da cultura corporal que deve ser garantido a todos os estudantes.

Assim, a escola se firma como ferramenta importante para a inclusão social e para assegurar o direito ao esporte. O futebol vai além do simples aprimoramento das capacidades físicas e técnicas dos estudantes. Quando abordado de maneira pedagógica, o esporte ajuda a consolidar princípios como cooperação, respeito, trabalho em equipe e senso de coletividade. Desta forma, o futebol se torna um instrumento de ensino que fomenta o crescimento completo dos estudantes, incentivando não só as habilidades motoras, mas também as dimensões sociais, culturais e emocionais. Castellani Filho (2008) ressalta que a Educação

Física deve possibilitar a compreensão crítica das práticas corporais, favorecendo a formação cidadã e não apenas o desenvolvimento técnico, Ao incluir o esporte nas práticas pedagógicas, a escola expande as chances de formar cidadãos e estreita a ligação dos estudantes com a cultura esportiva.

Para que as escolas públicas consigam realmente democratizar o acesso ao ensino, é crucial investir constantemente em infraestrutura, capacitação dos professores e em políticas públicas que promovam o esporte educacional. Diversas escolas pelo Brasil ainda sofrem com a ausência de quadras esportivas apropriadas e de qualidade, materiais esportivos e projetos que incentivem a prática de esportes.

Para que as escolas públicas alcancem de maneira efetiva uma democratização no acesso ao esporte, é fundamental realizar investimentos contínuos em infraestrutura, na formação dos educadores e em políticas públicas que incentivem a prática esportiva educacional. Contudo, a situação de diversas escolas brasileiras ainda é caracterizada por restrições estruturais. Informações do Censo Escolar revelam que uma parte considerável das escolas públicas não dispõe de ginásios esportivos em condições adequadas para uso ou, em muitos casos, nem mesmo possuem esses espaços, além de enfrentarem a falta de materiais esportivos e dificuldades para implementar e realizar projetos permanentes relacionados à Educação Física (INEP, 2023).

Comprometendo o avanço das práticas pedagógicas e limitando as oportunidades de vivências corporais disponíveis para os estudantes, principalmente para aqueles que contam unicamente com a escola para participar das atividades esportivas. Essas dificuldades podem prejudicar a capacidade do esporte de promover a inclusão dentro das escolas. Saviani (2008), defende que a efetivação da função social da escola depende também de condições materiais adequadas, uma vez que a democratização do acesso ao conhecimento exige investimentos estruturais e políticas públicas permanentes.

Assim, reforçar as estratégias de suporte à Educação Física e expandir os projetos que estimulem a prática esportiva nas escolas públicas são passos fundamentais para assegurar que o futebol permaneça como um ambiente de participação, aprendizagem e integração social.

No Brasil, diversas ações governamentais foram idealizadas com o intuito de facilitar a participação de crianças e adolescentes no esporte dentro das escolas. Um dos casos mais notórios é o "Programa Segundo Tempo", um projeto do governo federal focado especialmente nos alunos da Educação Básica da rede pública. O programa visa tornar mais acessível a prática de esportes e fomentar o crescimento completo de crianças e jovens, em especial em áreas de maior fragilidade social.

Através da criação de centros esportivos em conjunto com estados, cidades e órgãos da sociedade civil, a iniciativa financia equipamentos esportivos, uniformes e a contratação de professores e instrutores, ajudando a expandir as chances de prática esportiva fora do período normal das aulas.

Nas orientações mais novas do programa, planejadas para o período de 2023-2026, foi lançado um edital que prevê a criação de novos núcleos esportivos, visando aumentar a acessibilidade de crianças e adolescentes às atividades esportivas educacionais. Entretanto, embora essas iniciativas manifestem o reconhecimento por parte do Estado sobre a relevância do esporte como um meio de inclusão social, sua implementação está condicionada à destinação de recursos financeiros públicos.

De acordo com as observações realizadas ao longo do estudo, várias metas estabelecidas não foram colocadas em prática, o que revela que a democratização do acesso ao esporte não se limita à criação de programas, mas também exige sua implementação, financiamento contínuo e o monitoramento por parte das autoridades.

Além do Programa Segundo Tempo, outras ações governamentais também visam reforçar a prática esportiva educacional no Brasil, como o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e o Programa Vida Saudável. Essas iniciativas promovem a atividade física em comunidades e locais públicos, frequentemente em colaboração com instituições de ensino. Essas políticas destacam a valorização do esporte como meio de promover a inclusão social, a saúde e o desenvolvimento humano.

Contudo, apesar da existência dessas ações, várias pesquisas indicam que persistem obstáculos ligados à continuidade dos investimentos, à melhoria da infraestrutura esportiva nas escolas e à criação de programas permanentes que incentivem o esporte educacional.

Esses elementos são fundamentais para assegurar que todos os estudantes tenham acesso efetivo ao direito de praticar esportes.

Nessa perspectiva, a Educação Física escolar assume um papel pedagógico fundamental na democratização do acesso às práticas corporais e esportivas. De acordo com Bracht (1999), o esporte, quando inserido no contexto educacional, não deve ser tratado apenas sob a lógica do rendimento ou da competição, mas sim como um conteúdo cultural capaz de contribuir para a formação crítica e social dos estudantes.

Dessa forma, o ensino do futebol na escola deve ultrapassar a simples reprodução de modelos competitivos, buscando promover reflexões sobre sua dimensão social, histórica e cultural. Ao trabalhar o esporte de maneira contextualizada, o ambiente escolar possibilita que os estudantes compreendam o futebol não apenas como prática física, mas também como um fenômeno social que envolve identidades, valores e relações de poder presentes na sociedade.

3.2. Educação Física escolar e o lugar do futebol no currículo

No contexto da Educação Física nas escolas brasileiras, o futebol sempre teve um papel de destaque, impulsionado pela sua popularidade e pelo envolvimento natural das crianças com o esporte. Contudo, a abordagem curricular do futebol não deve se limitar ao treino de habilidades técnicas.

É fundamental que ele contribua para a formação dos alunos, estimulando o pensamento crítico e a compreensão cultural, como aponta Bracht (1997), que defende que o ensino esportivo deve transcender a busca por resultados e a competição. Já Castellani Filho (2008) argumenta que a escola deve analisar criticamente o papel das práticas corporais na sociedade.

Assim, o futebol surge como um conteúdo que pode aprimorar as habilidades motoras, promover a colaboração, ensinar as regras do jogo, desenvolver uma análise crítica da mídia esportiva e fornecer uma visão histórica e política do esporte, atuando como uma ferramenta para uma formação completa no currículo escolar. Ao integrar o futebol de forma reflexiva e situada no currículo da Educação Física, a Escola desempenha um papel crucial de oposição à crescente transformação desse esporte em mercadoria e espetáculo.

Bracht (1999) e Castellani Filho (1992) nos mostram que a compreensão das atividades físicas como manifestações sociais necessita de uma análise dos interesses financeiros, políticos e culturais que influenciam sua produção e disseminação na sociedade. Nesse contexto, o espaço escolar se configura como um local ideal para levantar questões sobre desigualdade de acessos, estereótipos de gênero, racismo estrutural, elitização, os vários tipos de violência e a influência da mídia na criação de ídolos, histórias e valores que atravessam o futebol atual.

Desse modo, a forma de ensinar esse conteúdo deve estimular aprendizados que vão além do simples ato de jogar, incentivando debates sobre democracia, igualdade social, cidadania, direito ao lazer e participação esportiva, aspectos fundamentais para que o futebol preserve sua importância como prática cultural educativa, e não apenas como um produto da lógica comercial, como indicam também análises recentes sobre o esporte e indústria cultural.

3.3. Percepções de professores de Educação Física sobre as barreiras enfrentadas por estudantes de baixa renda

A partir das entrevistas realizadas na Escola Parque 308 Sul com 8 professores de Educação Física da Secretária de Educação do Distrito Federal, referentes às temáticas abordadas ao decorrer do trabalho em questão, foi possível realizar um estudo de investigação dos temas citados durante o desenvolvimento da monografia. Em relação às condições socioeconômicas no acesso e nas oportunidades de desenvolvimento nas práticas esportivas dos estudantes, se identificou um consenso nas opiniões dos professores que apesar do futebol ser a modalidade mais popular entre os estudantes do Brasil, ele está completamente polarizado entre as classes sociais brasileiras.

Os depoimentos dos professores demonstram que a crescente elitização do futebol está diretamente ligada ao fenômeno de mercantilização da prática esportiva, o que faz com que o acesso a oportunidades de formação dependa cada vez mais do poder aquisitivo das famílias.

O Professor "P1" observa que "os estudantes com condições financeiras para participar de escolinhas, clubes e treinamentos especializados acabam tendo mais chances de desenvolver habilidades técnicas e de competir, enquanto muitos estudantes dependem unicamente das experiências oferecidas pela escola, caracterizando um processo de mercadorização da vida, numa cultura do futebol em um contexto histórico onde tudo é um

bem a ser comprado, vendido, e avaliado em termos de preço; a lógica das escolinhas se torna mais vigorosa nesse cenário do futebol, sendo percebida mais como uma mercadoria do que como um elemento essencial da nossa comunidade, da nossa cultura" (Professor P1, 2026).

Em sintonia com essa observação, o Professor "P4" enfatiza "o futebol, anteriormente vivenciado de forma mais natural nas comunidades, atualmente demanda investimentos que muitas famílias simplesmente não conseguem fornecer, fazendo com que muitos alunos vejam na escola, a única chance de acesso ao esporte" (Professor P4, 2026). As declarações revelam que a desigualdade no acesso ao futebol ultrapassa a barreira financeira, refletindo uma mudança no significado social da prática.

Tradicionalmente reconhecido como uma expressão da cultura popular brasileira, o futebol tem sido cada vez mais moldado pela lógica do mercado, limitando as oportunidades de formação esportiva aos estudantes que possuem recursos para arcar com treinamentos especializados, mensalidades e participação em competições.

Os impactos das desigualdades econômicas interferem diretamente nas vivências desses estudantes, os professores expressaram que essas diferenças nos acessos dos alunos acabam por refletir em seus desenvolvimentos técnicos ao decorrer das dinâmicas, sendo possível visualizar uma maior técnica, melhor entendimento sobre as táticas do jogo, facilidade na execução dos fundamentos e um maior espírito competitivo, naqueles estudantes que são inscritos em escolinhas ou em clubes esportivos no contraturno escolar, em contrapartida os estudantes em situações menos favorecidas geralmente esbarram em barreiras que restringem seus acessos e consequentemente limitam seus desenvolvimentos no esporte.

Os efeitos das desigualdades econômicas impactam diretamente nas experiências esportivas dos alunos e são visíveis no progresso que os educadores notam durante as aulas de Educação Física. para o Professor "P3" os estudantes com acessos a escolinhas e clubes esportivos geralmente apresentam um maior domínio técnico, uma melhor compreensão tática, facilidade na aplicação dos fundamentos e experiências mais amplas em situações de competição.

Por outro lado, os estudantes dependentes unicamente das oportunidades oferecidas pela escola frequentemente demonstram, em muitas situações, um repertório motor reduzido e menos chances de aprimoramento técnico. Isso não se deve à falta de interesse ou potencial, mas sim às limitações impostas por suas condições socioeconômicas.

De maneira semelhante, o Professor “P6” aponta: "quando o estudante participa de escolinhas ou de treinos regulares, isso se torna evidente durante as aulas. Ele chega com um histórico diferente, enquanto muitos dos outros apenas têm contato com o futebol no contexto escolar" (Professor P6, 2026). Esses relatos indicam que as disparidades observadas na performance dos estudantes não podem ser analisadas somente sob a ótica do talento individual, mas refletem desigualdades nas oportunidades de acesso à formação esportiva.

Um tema recorrente nas entrevistas diz respeito à diferenciação entre o acesso ao futebol como uma expressão da cultura corporal e o acesso às chances de formação esportiva. Os educadores percebem que o futebol continua sendo uma das modalidades mais presentes nas comunidades brasileiras, podendo ser jogado em ruas, áreas improvisadas, quadras públicas e locais comunitários, muitas vezes com recursos materiais escassos.

Contudo, na visão do Professor "P1", "a lógica das escolinhas se fortalece nesse contexto do futebol, sendo entendida muito mais como uma mercadoria do que como um vínculo essencial da nossa identidade e da nossa cultura" (Professor P1, 2026). A análise revela que a elitização não se manifesta tanto na possibilidade de jogar futebol, mas principalmente nas condições de acesso aos ambientes de desenvolvimento esportivo, como os centros de treinamento, categorias de base e competições. Assim, enquanto a prática se mantém razoavelmente acessível, as chances de desenvolvimento esportivo tornam-se cada vez mais condicionadas à capacidade financeira das famílias.

Os custos associados à atividade esportiva também foram identificados como uma das principais barreiras pelos participantes. O Professor "P5" afirma que "a maioria dos locais exigem pagamento", enfatizando que muitos estudantes se afastam de treinamentos e competições devido à incapacidade de arcar com mensalidades, transporte e compra de equipamentos esportivos (Professor P5, 2026). Essa visão é sustentada pelo Professor "P7", “mesmo quando há projetos sociais e iniciativas sem custo, muitas famílias enfrentam dificuldades para financiar o transporte dos estudantes ou adquirir os materiais básicos necessários”.

Da mesma forma, custos com alimentação, uniformes e taxas de inscrição em competições foram citados como elementos que dificultam a continuidade desses jovens em programas de formação esportiva. As declarações evidenciam que a democratização do futebol não depende apenas da oferta de vagas ou de projetos sociais, mas também da criação

de condições materiais que assegurem a permanência dos estudantes nesses espaços, ressaltando que as desigualdades econômicas continuam a ser um dos principais obstáculos no desenvolvimento esportivo de crianças e adolescentes das classes populares.

As desigualdades sociais que afetam o dia a dia dos estudantes foram mencionadas pelos participantes como elementos cruciais para a participação em atividades esportivas. O Professor "P2" ressalta que "oito em cada dez de nossos estudantes vivem nas áreas mais afastadas do Plano Piloto, em Brasília. Esses estudantes podem ser caracterizados como de perfil socioeconômico mais vulnerável [...] Notamos que muitos de nossos estudantes habitam as localidades como o Itapoã, Paranoá e Varjão, e é bem sabido que Itapoã, Paranoá, Santa Maria e a própria Estrutural estão entre as áreas com maiores fragilidades econômicas" (Professor P2, 2026).

O depoimento evidencia que a situação socioeconômica dos estudantes vai além da esfera escolar e impacta diretamente suas oportunidades de acesso ao esporte, considerando que muitos residem em locais que apresentam carência de infraestrutura pública, escassas opções de lazer e restrições quanto ao acesso a locais adequados para a prática esportiva.

Essa visão é evidenciada nas palavras do Professor "P7", "muitos estudantes até mostram interesse em se envolver em projetos esportivos, mas acabam abandonando a ideia devido à dependência de transporte, à necessidade de ajudar a família ou por não terem condições de se manterem nessas atividades" (Professor P7, 2026).

Os relatos indicam que os obstáculos enfrentados pelos estudantes vão além do âmbito esportivo, refletindo desigualdades historicamente estabelecidas na sociedade brasileira. Em várias áreas do Distrito Federal, a falta de investimento público resulta em quadras, campos e outros locais destinados ao esporte apresentando condições inadequadas para uso ou estando localizados predominantemente em áreas com maior poder aquisitivo.

Como consequência, muitos estudantes se veem obrigados a equilibrar os estudos com obrigações familiares ou trabalhos remunerados, limitando ainda mais suas oportunidades de participar de projetos esportivos durante o período do contraturno. Esses fatores ressaltam a importância de políticas públicas sustentáveis que assegurem não apenas o acesso inicial ao esporte, mas também ofereçam condições efetivas para que crianças e adolescentes continuem a desenvolver suas habilidades esportivas e educacionais.

Apesar dessas barreiras, os professores também reconhecem a escola como um dos principais locais de promoção do acesso democrático ao futebol. O professor "P5" menciona que: “A Educação Física proporciona vivências esportivas que muitos alunos não teriam a oportunidade de vivenciar fora do contexto escolar, precisamente porque a escola tem a responsabilidade de garantir chances de participação, independentemente das condições socioeconômicas dos estudantes”.

(professor P5, 2026). Tal entendimento se alinha à visão da Pedagogia Histórico-Crítica de Saviani (2008), defendendo que a escola não deve se restringir à reprodução das desigualdades existentes, mas atuar na socialização do conhecimento historicamente produzido pela humanidade. Dentro dessa visão, o acesso ao futebol como uma forma de expressão cultural é um direito dos estudantes e um valioso instrumento para o desenvolvimento da consciência crítica.

No entanto, conforme demonstrado ao longo desta pesquisa, a atuação da escola, embora fundamental, não é capaz de eliminar as desigualdades estruturais que restringem o acesso ao esporte. A verdadeira democratização do futebol exige a atuação de políticas públicas, investimentos em infraestrutura, valorização da Educação Física nas escolas e propostas sociais que discutam as condições de vulnerabilidade enfrentadas por muitos desses estudantes.

Essa visão é apoiada pelas abordagens críticas da Educação Física, particularmente pela concepção crítico-superadora, que analisa o esporte além de seus aspectos técnicos e competitivos, destacando as interações sociais, históricas, culturais e econômicas que permeiam as práticas corporais. nesse ponto, o futebol deixa de ser visto somente como um conjunto de regras e fundamentos, e é reconhecido como um fenômeno social repleto de contradições.

As entrevistas realizadas mostram que as disparidades percebidas entre os estudantes não são apenas resultado de suas habilidades individuais, mas sim das variadas oportunidades de acesso aos espaços de formação esportiva, das condições materiais e das políticas voltadas para a promoção do esporte.

O Professor "P1", ao afirmar que "a cultura do futebol se insere em um contexto histórico onde tudo é negociável, e possui valor monetário", ressalta que a modalidade passa a

ser afetada por interesses financeiros que limitam o acesso a oportunidades de formação esportiva.

De modo semelhante, o Professor "P2 " observa que muitos estudantes da Escola Parque 308 sul vivem em áreas com alta vulnerabilidade socioeconômica, uma realidade que não só restringe o acesso a escolinhas e clubes, mas também compromete as condições básicas necessárias para que esses jovens permaneçam em projetos esportivos. Com isso, as desigualdades não se limitam apenas fora do esporte, mas se manifestam dentro dele.

Com isso, as conclusões da pesquisa revelam que a elitização do futebol ultrapassa o acesso às infraestruturas esportivas e afeta as experiências dos estudantes, suas esperanças e suas possibilidades de crescimento. Embora o futebol continue a ser uma das mais significativas expressões da cultura corporal brasileira, seu valor educativo está atrelado à maneira como é abordado pela escola e pela sociedade.

Quando predomina a lógica da mercantilização, a competição antecipada e a seleção dos mais capacitados, o esporte tende a reforçar desigualdades, ao ser desenvolvido sob uma abordagem crítica e inclusiva, ele pode motivar os estudantes a entenderem essas contradições e a se reconhecerem como agentes capazes de construir pensamentos críticos, observando os esportes para além das práticas.

Assim, as entrevistas enfatizam que a democratização do futebol requer mais do que o aumento do número de praticantes: é necessário questionar os sistemas sociais, econômicos e culturais que, ao longo do tempo, definiram quem tem acesso a oportunidades e quem fica excluído delas.

3.4. Dificuldades estruturais, materiais e sociais para a prática do futebol na escola

Os estudantes enfrentam inúmeras barreiras para acessar e permanecer em atividades esportivas, essas dificuldades não se relacionam apenas às condições socioeconômicas, O Professor "P3" dissertou sobre a falta de espaços adequados afeta diretamente o planejamento pedagógico da Educação Física, já que certas atividades não podem ser realizadas ou necessitam de adaptações frequentes devido às limitações estruturais da escola (Professor P3, 2026).

Seguindo essa visão, na opinião do Professor "P6", apesar dos esforços dos professores para reorganizar as aulas diante das dificuldades, a precariedade das infraestruturas diminui significativamente as oportunidades de diversificação dos conteúdos e restringe experiências esportivas que poderiam enriquecer a formação dos estudantes. Esses depoimentos revelam que a qualidade da infraestrutura escolar impacta não apenas na organização das aulas, mas também nas chances de aprendizagem e no acesso às diversas manifestações da cultura corporal.

A questão da disponibilidade de materiais esportivos também foi uma preocupação comum entre os participantes da pesquisa. Enquanto alguns educadores reconhecem melhorias no fornecimento de equipamentos, outros observam que a quantidade e, principalmente, a qualidade dos materiais ainda não satisfazem as demandas das aulas.

O Professor "P5" aponta que a falta de bolas, coletes, cones e outros recursos torna difícil promover as atividades simultaneamente, levando os professores a diminuírem o número de exercícios ou a modificar constantemente suas abordagens pedagógicas (Professor P5, 2026). Essa situação evidencia que a democratização do esporte não depende apenas do interesse dos alunos ou do comprometimento dos educadores, mas também das condições objetivas proporcionadas pelas instituições escolares e pelos órgãos que gerenciam a educação pública.

No entanto, os limites que os professores identificam vão além das questões materiais e estruturais. As entrevistas mostram que elementos sociais da vida cotidiana dos estudantes impactam diretamente em suas participações e continuidade nas atividades esportivas.

O Professor "P2" expôs que muitos alunos enfrentam longos deslocamentos todos os dias para chegarem até a escola, enquanto outros lidam com dificuldades financeiras, obrigações familiares e rotinas que dificultam sua participação em atividades extracurriculares. Em diversas situações, essas condições fazem com que o futebol, embora esteja presente no ambiente escolar, não seja praticado de forma constante, limitando assim, as oportunidades de desenvolvimento esportivo.

Para o professor “P4” essas melhorias nas estruturas físicas das escolas podem favorecer o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais variadas e adequadas às necessidades dos estudantes (Professor P4, 2026). O Professor “P8” ressaltou sobre a existência de espaços esportivos apropriados amplia significativamente as possibilidades de

intervenção pedagógica, permitindo ao professor diversificar os conteúdos e garantir maior participação dos estudantes nas aulas (Professor P8, 2026).

Essas falas indicam uma ligação entre a qualidade da infraestrutura escolar e a democratização do esporte, pois existe um impacto direto entre esses dois aspectos, condicionando as experiências esportivas disponíveis aos estudantes.

Enquanto o Professor "P3" acredita que a infraestrutura disponível possibilita a realização das atividades centrais propostas pela Educação Física, o Professor "P5" contesta essa visão, afirmando sobre a "a escassez de espaços e materiais prejudicam a diversificação das abordagens pedagógicas e limita as oportunidades de participação dos estudantes".

Essas diferenciações nas percepções evidenciam que as condições de ensino não são uniformes, mesmo dentro do sistema público, variando de acordo com a realidade de cada instituição e os recursos disponíveis. além disso, a democratização do futebol não se resume à inclusão da disciplina de Educação Física no currículo escolar, mas também depende das condições objetivas que permitem sua inserção.

Em escolas onde há uma maior oferta de espaços, equipamentos e investimentos, os professores têm a capacidade de expandir as possibilidades pedagógicas, diversificar os conteúdos e promover uma participação mais significativa dos estudantes. Por outro lado, escolas que enfrentam limitações estruturais tendem a restringir as experiências esportivas, fazendo com que o ensino do futebol fique atrelado às adaptações realizadas pelos professores.

Assim, embora a dedicação dos professores seja um fator crucial para a democratização do esporte, sua atuação enfrenta restrições impostas pela própria estrutura educacional, enfatizando a necessidade de investimentos públicos que garantam condições mais justas para o desenvolvimento da Educação Física nas escolas.

A disponibilidade dos equipamentos também foi um aspecto citado pelos entrevistados. Embora alguns professores relatem condições favoráveis para a realização das vivências, outros enfatizaram que a quantidade e a qualidade dos materiais disponibilizados ainda não atendem às demandas pedagógicas da Educação Física.

No seu ponto de vista o Professor “P5” a ausência de infraestrutura adequada, insuficiência de bolas, coletes, cones e outros materiais frequentemente obrigam os

professores a adaptarem atividades ou reduzirem o número de estudantes participantes, limitando a diversidade das experiências esportivas oferecidas (Professor P5, 2026). Com isso, percebeu-se que a democratização do esporte não depende apenas do interesse dos estudantes ou do trabalho desenvolvido pelos professores, mas também das condições materiais garantidas pelas escolas e pelos órgãos responsáveis pela educação pública.

As falas dos entrevistados revelaram que a escassez de políticas públicas direcionadas ao esporte escolar constitui um dos fatores que agravam essas desigualdades. Para o Professor “P6”, a democratização do futebol está diretamente relacionada ao aumento dos investimentos públicos em projetos sociais, como os Centros de Iniciação Desportiva (CIDs), na ampliação de programas como o Bolsa Atleta, na melhoria das infraestruturas escolares e no fortalecimento da formação continuada dos professores (Professor P6, 2026).

Em continuação, o Professor “P7” enfatiza sobre a necessidade de ampliar esses projetos e de se criar mais espaços públicos gratuitos destinados às práticas esportivas, especialmente nas regiões de maior vulnerabilidade social, entendendo que tais iniciativas representam um passo fundamental para ampliar o acesso dos estudantes das classes populares ao esporte.

Essas percepções dialogam com a reflexão apresentada pelo Professor “P1”, dialogando sobre: "a lógica contemporânea do futebol está cada vez mais ligada à mercadorização, transformando uma expressão cultural que historicamente foi popular em um espaço cada vez mais dominado pelo poder econômico" (Professor P1, 2026). Na perspectiva do entrevistado, a cultura do futebol está inserida em um contexto no qual praticamente tudo é transformado em mercadoria, fazendo com que as escolinhas particulares deixem de representar apenas espaços de formação esportiva para assumirem uma lógica comercial.

Essa realidade evidencia que as dificuldades estruturais enfrentadas pelas escolas não podem ser analisadas isoladamente, mas estão inseridas em um cenário de mercantilização do esporte e de desigualdade no acesso às oportunidades de formação esportiva.

Mesmo diante dessas dificuldades, os relatos revelaram o comprometimento dos professores em promover experiências pedagógicas que sejam inclusivas e democráticas. Na perspectiva do Professor "P4", “tentar aplicar alterações nas regras dos jogos, utilizar diferentes critérios para a formação das equipes e adotar abordagens que incentivem a

colaboração e a participação de todos os estudantes, sem considerar suas habilidades ou experiências anteriores no futebol” (Professor P4, 2026).

De maneira semelhante, para o Professor "P8" “é responsabilidade do professor "equilibrar" essas disparidades durante as aulas, criando um ambiente receptivo no qual todos tenham a chance de participar, sem que a habilidade técnica seja o principal fator de valorização” (Professor P8, 2026). Essas falas mostram que, apesar das barreiras estruturais e sociais, os professores continuam a atuar como facilitadores de práticas pedagógicas inclusivas, tentando reduzir através de suas intervenções, parte das desigualdades que os estudantes encaram.

Com isso, as considerações de Saviani (2008) reforçam a importância do papel da escola em atuar pela superação das desigualdades sociais por meio da disseminação do conhecimento, historicamente desenvolvido pelas sociedades. Com a promoção de acesso às variadas manifestações da cultura corporal, a Educação Física escolar atua na ampliação das chances de envolvimento dos estudantes e na criação de consciências críticas referentes às desigualdades presentes nas sociedades.

Trabalhando na criação de cidadãos críticos com valores políticos, sociais e culturais, assim enfrentando os desafios estruturais, sociais e materiais, também lutando por investimentos em políticas públicas que fortaleçam o esporte educacional como um meio de inclusão social e democratizador do acesso às práticas esportivas.

Além das limitações estruturais e materiais presentes nas escolas, as entrevistas evidenciaram que diversos fatores sociais interferem diretamente na participação dos estudantes nas práticas esportivas. Os professores relataram que muitos alunos residem em regiões periféricas do Distrito Federal, percorrem longas distâncias diariamente até a escola e, em diversos casos, precisam conciliar os estudos com responsabilidades familiares ou atividades remuneradas.

Em sua compreensão o professor “P2” destacou sobre “uma parcela significativa dos estudantes ser oriunda de regiões como Itapoã, Paranoá, Santa Maria e Estrutural, localidades marcadas por maiores índices de vulnerabilidade socioeconômica, realidade que limita o acesso desses jovens a espaços públicos adequados para a prática esportiva e a programas de formação mais estruturados”. (Professor P2, 2026).

Em complemento, para o Professor “P7”, mesmo quando existem projetos esportivos gratuitos, muitos estudantes deixam de participar em razão das dificuldades de deslocamento, da ausência de recursos para transporte ou das responsabilidades assumidas no contexto familiar. Demonstrando que os estudantes encontram desafios além dos limites da escola e mostram que a continuidade nas práticas esportivas depende de um conjunto de fatores sociais que limitam a possibilidade de acessar oportunidades no esporte.

Portanto, a promoção do futebol acessível demanda não apenas investimentos em infraestrutura nas escolas, mas também de políticas públicas que possam lidar com as desigualdades sociais que, ao longo do tempo, influenciam as trajetórias educacionais e esportivas de crianças e adolescentes provenientes de classes populares.

As entrevistas com os professores demonstram que a democratização do futebol não depende apenas da existência da escola pública ou da disciplina Educação Física, mas da construção de condições objetivas que permitam aos professores desenvolverem seu trabalho em igualdade de oportunidades. Apesar do papel desempenhado pela escola, os processos de elitização do futebol não podem ser enfrentados exclusivamente em seu interior, uma vez que refletem desigualdades sociais historicamente construídas.

Na análise do Professor “P6”, "as chances de muitos jovens obterem acesso a programas de formação esportiva mais estruturados ainda são bastante restritas, evidenciando que o desafio da democratização do futebol está intimamente ligado ao enfrentamento das desigualdades sociais existentes na sociedade brasileira" (Professor P6, 2026).

Esse relato reforça que o acesso democrático ao futebol depende de transformações que extrapolam o ambiente escolar, exigindo ações articuladas entre Estado, escola e sociedade para que o esporte cumpra sua função educativa sem reproduzir os mecanismos de exclusão presentes na própria realidade social.

> “as chances de muitos jovens obterem acesso a programas de formação esportiva mais estruturados ainda são bastante restritas, evidenciando que o desafio da democratização do futebol está intimamente ligado ao enfrentamento das desigualdades sociais existentes na sociedade brasileira”.

4. CAPÍTULO 3 – CAMINHOS PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO FUTEBOL ESCOLAR: POLÍTICAS E PRÁTICAS POSSÍVEIS

4.1. O direito ao esporte na Constituição Federal.

A Constituição Federal de 1988 em seu Art. nº 217 estabelece que o Estado deve fomentar e garantir que a sociedade em geral tenha acesso aos esportes formais e informais, sendo um direito fundamental para todas as camadas sociais, garantindo a autonomia das entidades esportivas e protegendo as manifestações esportivas nacionais, diferenciando o desporto educacional que é referido como prioridade no texto, dos desportos de rendimento e participação, reforçando a ideia do esporte como um agente de promoção à saúde, inclusão social, promoção a cidadania e com um teor educacional.

Diante dessa previsão legal, o Estado brasileiro é obrigado a criar políticas públicas e programas sociais que garantam o acesso democratizado principalmente para crianças e jovens em condições de vulnerabilidade social nas práticas desportivas, saindo de uma visão enraizada do esporte apenas como um agente de lazer e entretenimento. Canan e Starepravo (2021) apontam que o direito ao esporte foi inserido na Constituição de forma pouco sistematizada, com priorização de interesses privados, o que contribuiu para sua baixa efetividade como direito social.

Atualmente essa discussão não está bem esclarecida, pois ainda que exista o dever do Estado garantir o fomento e o direito ao acesso dos esportes, uma parcela significativa dos recursos fica sob responsabilidade das instituições privadas. Logo, o que se observa hoje são as dificuldades em relação a fiscalização e a efetivação do “direito” e do “dever” e se na prática eles estão sendo cumpridos.

> Na prática, o acesso ao esporte não é garantido de forma igualitária nessa perspectiva a Lei Geral do Esporte (LGE), instituída pela Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, “A formação esportiva visa ao acesso à prática esportiva por meio de ações planejadas, inclusivas, educativas, culturais e lúdicas para crianças e adolescentes, desde os primeiros anos de idade, direcionada ao desenvolvimento integral, e compreende os seguintes serviços: I - vivência esportiva [...]; II - fundamentação esportiva [...]; III - aprendizagem da prática esportiva [...]” (BRASIL, 2023, art. 5º).

Visando democratizar a formação de base, o acesso de jovens e crianças ao esporte e a sua proteção, ampliando a base das políticas públicas esportivas, gerando novos financiamentos públicos destinados para projetos em todo o país e participando da organização do Sistema Nacional do Esporte, que foi criado a partir da Lei Geral o esporte com o intuito de descentralizar o poder das ações esportivas no país, para que as entidades federativas tratem como ações contínuas e coordenadas em políticas públicas esportivas efetivas focando em uma melhor redistribuição entre os entes integrantes.

Entretanto, as escolas públicas exercem funções estratégicas diretamente ligadas com pontos presentes na Lei Geral do Esporte principalmente relacionados com a democratização do acesso aos esportes, tendo olhar pedagógico, inclusivo e social por meio das práticas inseridas na Educação Física escolar. É função das instituições escolares garantir que crianças e adolescentes tenham contato com o maior número de modalidades esportivas durante os seus períodos escolares, independentemente de suas condições socioeconômicas.

Porém, a efetivação dessa lei e todas as propostas incluídas são dependentes dos investimentos em políticas públicas, infraestrutura, melhores condições de trabalho para os professores, formação continuada, entre outras ações que destine esporte educacional de qualidade para os estudantes, impedindo que a lógica de mercado prevaleça sobre o direito social ao esporte.

> A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, art. 205).

Relacionando o esporte com os valores educacionais previstos no Art.205 da Constituição Federal de 1988, abordando a formação integral do estudante e o seu desenvolvimento como um cidadão, o texto enfatiza que a Educação Física é um componente essencial no decorrer dessa integralização sendo uma complementação do processo educativo, atuando juntamente com as práticas esportivas como um instrumento de formação crítica, social e cultural, superando a dimensão prática e se transformando em um agente que fomenta a construção social e coletiva, de estudantes mais informados e engajados na comunidade.

4.2. O esporte no ECA.

No âmbito do esporte, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei nº 8.069/90) define o esporte não apenas como uma forma de diversão, mas sim como um direito essencial para o crescimento físico, mental e social.

A principal função do ECA é regulamentar a proteção da criança e do adolescente em todos os âmbitos sociais, culturais e também nos esportivos como as escolas, escolinhas de modalidades ou clubes, o estatuto aborda o esporte como uma de suas prioridade, sendo dever e direito da sociedade, família e do Estado que devem zelar pelas garantias deste direito pois ele também é assegurado na constituição nacional, "A criança e o adolescente têm direito à informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento" (BRASIL, 1990, art. 71).

O futebol deve ser entendido como um esporte acessível para todos, principalmente para as crianças e adolescentes que com a prática irão adquirindo valores culturais e sociais, se integralizando com a sua relevância no desenvolvimento social, físico e educacional no período da infância e no decorrer do seu processo de formação humana.

A função das escolas, especialmente as públicas, é atuar nesse processo de democratização ao acesso das práticas esportivas, possibilitando que todas as crianças possam usufruir dos seus direitos de acessar uma educação de qualidade que possa promover os esportes com caráter educacional, cultural e que contribua no seu processo de ensino aprendizagem.

Conforme os dados do Censo Escolar, as escolas municipais compõem aproximadamente 61,3% das instituições de educação básica no Brasil, desempenhando um papel importante na oferta do ensino público. Apesar dessa relevância, estudos baseados nos dados do INEP evidenciam que uma parcela expressiva dessas escolas ainda enfrentam limitações de infraestrutura esportiva, incluindo a ausência de quadras e espaços adequados para a prática da Educação Física (INEP, 2018).

Para que possa ocorrer um ensino de práticas esportivas com conteúdo que faça sentido com o cotidiano que esses estudantes estão inseridos, e com a notória elitização dos esportes essa educação qualitativa está ficando cada dia mais sucateada pela falta de investimentos em políticas sociais, a desvalorização dos profissionais e as desigualdades de acesso mediante a um processo socioeconômico e estrutural que permite o ingresso de

crianças das classes média/alta em um repertório diversificado de práticas esportivas, enquanto aquelas de camadas sociais e econômicas inferiores possuem grandes dificuldades de exercer e praticar esses direitos que por lei lhe são garantidos, mas que estão sendo corrompidos e negligenciados ocasionando em graves impactos no desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

Esses direitos tiveram como documento precursor a Declaração universal dos direitos humanos, que surgiu em 1948 como consequências dos atos de desumanos da segunda guerra mundial, e a sua principal função é a garantia da paz e o cumprimento de todos os direitos fundamentais para os seres humanos, os mesmos que também estão englobados em outros documentos como a Declaração universal das crianças e adolescentes (1959), a Constituição Federal (1988), Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (1989), entre outros registros importantes que possuem a prerrogativa de enfatizar as garantias fundamentais ligando-os ao cumprimento de políticas públicas por parte do Estado.

Para o ECA à vida, saúde, alimentação, educação, cultura, esporte, lazer, profissionalização, convivência familiar e comunitária, liberdade, dignidade e o respeito, são direitos fundamentais que estão inseridos dentro de um eixo central que é definido por três categorias: (sobrevivência, desenvolvimento pessoal e social e integridade física, moral, psicológica e social), o esporte se insere dentro do "desenvolvimento pessoal e social", os princípios do direito ao esporte educacional são baseados numa visão inclusiva em que todas as crianças e adolescentes devem ter a oportunidades de praticar os esportes se inserindo na lógica do desenvolvimento integral, como é garantido no art.3 do ECA:

> A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral [...], assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade" (BRASIL, 1990, art. 3º).

Nessa perspectiva o esporte educacional pode ser compreendido como uma diretriz pedagógica que visualiza as práticas esportivas como ferramentas no processo do desenvolvimento integral dos sujeitos, tendo como base um eixo central caracterizado por ações inclusivas de participação, saúde e a educação para a cidadania, não se importando com as qualidades técnicas, sempre buscando respeitar a liberdade e suas individualidades, promovendo saúde física, mental e utilizando essas práticas para promover alguns valores de

cidadania que podem ser contextualizados a partir das práticas mediante a cooperação, respeito às regras e a disciplina.

O ingresso às práticas esportivas pode ser visto como um elemento significativo de proteção social, pois promove a interação, o sentimento de pertencimento em grupo e a utilização saudável dos ambientes escolares e comunitários, se conectando ao que é descrito no ECA sobre as oportunidades que devem estimular o desenvolvimento físico, mental, social, moral de cada estudante, ultrapassando a dimensão do lazer e passando a ser considerada como uma prática formativa, preventiva e social.

O ensino do futebol nas escolas deve manter esse teor formativo e pedagógico, pois ele auxilia na construção do indivíduo em processos relacionados a autonomia, consciência coletiva, convivência social, respeito às diferenças, entre outros aspectos que fazem ligação direta entre o ECA e o esporte educacional, na perspectiva da proteção integral do sujeito que favorece um oferecimento favorável de condições concretas para o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes.

Atualmente a elitização é uma realidade presente em praticamente todos os setores de nossas sociedades, e quando o acesso ao futebol passa a depender de valores financeiros, espaços privados e oportunidades seletivas, esse direito que por lei deveria ser exercido, é restringido de maneira indireta por barreiras socioeconômicas e consequentemente acaba frustrando jovens que alimentam um sonho de que futebol irá alterar a realidade das suas vidas e de suas famílias, mas com a falta de oportunidades, falta de fomento em investimentos públicos por parte do governo em projetos sociais, dificuldades no acesso à prática e a crescente elitização do futebol, ocasiona no afastamentos desses jovens dos seus sonhos e os obrigam a ingressar no mercado de trabalho precocemente, havendo ligação com o aumento dos números da evasão escolar em nosso país.

Levando em conta que o ECA confere à família, à sociedade e ao Estado a obrigação de garantir, com máxima prioridade, os direitos desse grupo (BRASIL, 1990, art. 4º), fica claro que a falta de investimentos, políticas públicas e acessibilidade no contexto escolar revela uma vulnerabilidade no cumprimento da responsabilidade de proteção e fomento do esporte enquanto um direito social.

4.3 O esporte na LDB.

A lei de diretrizes e bases da educação definiu a educação física como um componente obrigatório da Educação básica no Brasil por meio da lei n° 9.394/96, sendo um mediador importante entre ações jurídicas que fazem a regulamentação entre o esporte e o sistema educacional, nesse contexto, a Educação Física desempenha uma função significativa ao proporcionar aos estudantes a oportunidade de conhecer diversas expressões da cultura corporal, incluindo o esporte e, em particular, o futebol, considerando sua importância histórica e simbólica na sociedade brasileira.

Entretanto, apesar da legislação sugerir uma educação baseada na democratização do acesso e na igualdade de chances, a realidade observada demonstra que nem todos os estudantes têm a chance de experienciar o futebol em condições semelhantes, especialmente os que vêm de classes sociais mais baixas.

Ao relacionar a LDB com a elitização do futebol, observa-se uma dicotomia entre o princípio legal da inclusão educacional e as desigualdades reais presentes no ambiente escolar e esportivo. Apesar da escola pública ter a responsabilidade de servir como um meio de democratização do esporte, muitas vezes o que se percebe são enfrentamentos em relação aos desafios estruturais, falta de materiais adequados, degradação das áreas de prática e a escassez de iniciativas permanentes voltadas para o desenvolvimento esportivo.

Simultaneamente, o futebol fora do contexto escolar tem se tornado cada vez mais dependente de investimentos privados, escolinhas pagas, equipamentos especializados e oportunidades seletivas, o que beneficia alunos que possuem condições socioeconômicas mais favoráveis e limita o acesso àqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

A LDB pode ser vista como uma base legal crucial para promover o aumento do acesso ao esporte nas instituições de ensino, especialmente sob um olhar crítico e inclusivo. Ao validar a Educação Física como parte integrante do currículo da educação básica, a norma enfatiza que o futebol deve ser abordado não apenas como uma atividade competitiva, mas também como um direito cultural, social e educacional.

Portanto, discutir a elitização do futebol à luz da LDB destaca que a falta de acesso equitativo ao esporte vai contra os próprios princípios educacionais de igualdade, formação de cidadania e inclusão social que guiam a educação no Brasil.

4.4. Programas públicos e iniciativas voltadas à inclusão esportiva nas escolas.

Os programas públicos e as ações de inclusão no esporte desempenham um papel crucial no combate às desigualdades que afetam o acesso ao futebol no Brasil. Embora o futebol seja frequentemente visto como um símbolo da identidade nacional é uma atividade popular, o acesso a ele tem se tornado cada vez mais determinado por elementos econômicos, estruturais e institucionais, contribuindo para um processo de elitização.

Nesse contexto, as políticas públicas que se concentram no esporte educacional e na continuidade de jovens em atividades físicas e esportivas atuam como mecanismos significativos de compensação social, especialmente para alunos da rede pública e em situações vulneráveis. As políticas públicas voltadas ao esporte educacional e o reconhecimento do esporte como direito social reforçam a necessidade de ampliar as oportunidades de participação para além da lógica do rendimento esportivo, promovendo uma perspectiva inclusiva, democrática e formativa (CANAN; STAREPRAVO, 2021; BRASIL, 1988)."

Entre os programas governamentais mais significativos, é possível citar o Programa Segundo Tempo, elaborado pelo Ministério do Esporte com a finalidade de tornar o acesso à prática esportiva e à cultura esportiva mais igualitária, especialmente em regiões com altos índices de vulnerabilidade social. Este programa visa aumentar a participação de crianças, adolescentes e jovens em atividades esportivas educativas, integrando ações no horário em que não há aulas e promovendo o desenvolvimento integral, a inclusão social e a diminuição da evasão escolar.

Em um ângulo semelhante, o Programa Bolsa Atleta, que é voltado para o apoio individual a atletas de alto rendimento, também contribui para essa discussão ao proporcionar assistência financeira que pode ajudar a derrubar as barreiras econômicas que dificultam a continuidade na carreira esportiva, inclusive nas categorias de base e estudantis.

Embora tais iniciativas não sejam suficientes para eliminar sozinhas as desigualdades estruturais no âmbito do esporte, elas demonstram o reconhecimento do governo de que aspectos socioeconômicos impactam diretamente o acesso, a permanência e o desenvolvimento esportivo dos jovens brasileiros.

Além dessas ações, políticas educacionais mais abrangentes, como o Programa de Escola em Tempo Integral, podem ainda ter um papel indireto na diminuição da elitização do futebol, uma vez que ampliam o período em que os alunos estão na escola e promovem vivências pedagógicas relacionadas à cultura corporal e ao esporte. Quando integradas à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e à Base Nacional Comum Curricular, essas políticas reforçam a visão do esporte como um elemento educativo e um direito à formação, e não simplesmente como um meio de seleção competitiva ou de mercantilização.

Entretanto, apesar dos programas públicos e as iniciativas para inclusão no esporte marcam etapas significativas na ampliação do acesso ao esporte, é fundamental reconhecer suas limitações diante da complexidade das desigualdades sociais presentes no país. Portanto, a democratização do futebol não deve ser vista unicamente como a implementação de programas esportivos, mas sim como a formação de condições duradouras que assegurem o acesso, a permanência e a participação de todos os estudantes, independentemente de seu desempenho esportivo ou da sua situação socioeconômica.

Dessa forma, os programas públicos e as iniciativas que promovem a ampliação do acesso ao esporte desempenham uma função significativa no combate à elitização do futebol, especialmente ao ampliar as oportunidades para estudantes que historicamente foram excluídos dos ambientes de formação esportiva.

No entanto, é importante reconhecer que essas ações, por si só, não são suficientes para resolver as desigualdades sociais que restringem o acesso ao esporte. Mesmo em situações de inclusão, o futebol continua a ser influenciado por contradições ligadas às disparidades socioeconômicas, às questões de gênero, às desigualdades no acesso às infraestruturas e à supervalorização do desempenho esportivo.

Por outro lado, a ampla propagação da ideia de que o futebol pode ser uma maneira segura de ascensão social pode criar expectativas que em muitas vezes não se cumprem para a maioria dos jovens envolvidos. Assim, os resultados dessas políticas dependem de investimentos permanentes, planejamento estratégico a longo prazo e cooperação entre escola, comunidade, família e governo.

Mais do que simplesmente treinar atletas ou identificar talentos, essas iniciativas precisam garantir o esporte como um direito social e educativo, contribuindo para a formação

integral dos alunos, para o desenvolvimento da consciência crítica e para a criação de condições mais democráticas para o acesso e a permanência nas atividades esportivas.

4.5. Propostas pedagógicas e estratégias de enfrentamento à elitização.

É fundamental que a Educação Física escolar discuta propostas pedagógicas críticas em relação aos modelos tradicionais moldados por uma estrutura tecnicista, com foco no rendimento numa função diretiva.

O futebol nesse modelo se baseia apenas na execução dos gestos técnicos, ocorrendo a valorização dos estudantes mais habilidosos e nas regras do jogo de maneira engessada, como resultado, é gerado um contexto seletivo e excludente, onde estudantes com menor vivência prévia, habilidades motoras inferiores ou menores oportunidades de participarem de atividades esportivas extracurriculares se vêem excluídos.

Essa lógica educacional, ao tratar todos os estudantes de maneira igualitária, desconsidera as desigualdades concretas existentes e colabora com a continuidade das hierarquias que já estão estabelecidas nos ambientes sociais. “A igualdade formal não elimina as desigualdades reais.” (SAVIANI, 2008).

Em contrapartida, as teorias críticas na Educação Física sugerem que ocorra uma reestruturação do ensino da modalidade, sendo valorizada por suas dimensões históricas, culturais, políticas e sociais, e reconhecida como uma manifestação da cultura corporal de movimento, deixando de ser analisada apenas como uma prática técnica, passando a ser tratada como um fenômeno social.

Nessa visão, o professor deixa de ser apenas um reprodutor de conhecimentos, e inicia a construção de estudantes críticos capazes de interpretar as desigualdades de acessos, relações de poder, as influências da mídia e as questões de gênero. O papel dessa abordagem é promover a formação integral dos estudantes aliada às dimensões procedimentais, atitudinais e conceituais, valorizando todas as participações durante as aulas, promovendo respeito às diferenças e aos limites de cada indivíduo.

Esse método possui o acolhimento dentro da Base Nacional Comum Curricular, enfatizando a importância das manifestações culturais por meio das práticas esportivas com o intuito de formar estudantes críticos, que valorizam as diversidades. Uma abordagem crítica

faz com que a prática do futebol escolar seja orientada como um forte instrumento de desenvolvimento de autonomia, formação cidadã e de consciência social, exercendo suas contribuições no enfrentamento da elitização do futebol num contexto escolar.

Portanto, para superar as práticas excludentes existentes no ensino tradicional do futebol parametrizado pela dimensão do alto rendimento, é necessário desenvolver estratégias educacionais que promovam a participação em grupo, reconheçam a diversidade de experiências e analisem as desigualdades que historicamente marcam o esporte nas escolas.

As práticas inclusivas pedagógicas representam importantes estratégias no combate à elitização sob a ótica da Educação Física escolar, nas atividades inclusivas é de extrema importância que todos os estudantes tenham a oportunidade de desenvolvê-las de maneira igualitária, o professor deve adaptar as regras, materiais, dinâmicas das práticas, espaços, com a intencionalidade de promover para cada estudante experiências acessíveis e democráticas.

Abordagens como jogos cooperativos, troca de papéis, grupos mistos e atividades adaptadas permitem que as vivências aprimorem não só suas capacidades motoras, mas também cultivem princípios ligados ao respeito, à solidariedade e à apreciação das diversidades,"O trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens." (SAVIANI, 2008, p. 13).

Tratar de maneira semelhante pessoas que se encontram em circunstâncias desiguais significa manter as desigualdades que já estão presentes. Contudo, é responsabilidade do educador identificar as diversas realidades dos estudantes e criar estratégias favorecendo a equidade no acesso às atividades físicas. A inclusão, nesse cenário, vai além da mera presença dos estudantes nas ações, envolvendo sua participação ativa, o sentimento de pertencimento e a valorização de suas capacidades.

Dessa maneira, a Educação Física nas escolas desempenha um papel crucial na formação de ambientes mais democráticos, capazes de enfrentar práticas excludentes e aumentar as oportunidades de envolvimento no esporte. A tematização do futebol são estratégias pedagógicas importantes para expandir as oportunidades de aprendizado na Educação Física escolar superando uma perspectiva restrita do esporte como uma prática meramente tecnicista.

Seguir uma sistematização das temáticas relacionadas ao futebol permite com que o professor estruture os conteúdos que serão abordados de maneira crítica e significativa, fazendo ligação com a realidade social dos seus estudantes com conceitos históricos, culturais, sociais e políticos.

A partir dessa abordagem o ensino do futebol não se limita mais apenas ao aprendizado de fundamentos técnicos, mas também inclui reflexões como questões de gênero, desigualdades sociais, racismo, elitização entre outras questões possibilitando com que os estudantes vivenciam a prática como um fenômeno social altamente relacionado com as transformações e as contestações das sociedades.

A partir da tematização é possível que a Educação Física escolar contribua e alcance as dimensões procedimentais, atitudinais e conceituais do conhecimento, ampliando a criticidade dos estudantes ao decorrer do processo de formação.

Ao abordar assuntos como o futebol feminino, a marginalização social no esporte ou o papel da mídia na formação de ídolos esportivos, o professor proporciona uma ampliação do repertório cultural dos seus estudantes, fomentando o desenvolvimento de suas consciências críticas, essa perspectiva é apoiada pela Base Nacional Comum Curricular, a qual direciona a abordagem das práticas corporais com base em suas expressões culturais e significados sociais. A tematização do futebol exerce o fortalecimento da função educativa na Educação Física escolar, permitindo que ocorra uma democratização de acesso ao esporte e contribuindo com a formação de sujeitos críticos, conscientes e participativos.

4.6. Possibilidades para a democratização do futebol no contexto da Educação Física escolar

A democratização do futebol no contexto da Educação Física escolar está inserida na dimensão em que a Educação Física juntamente com os outros componentes curriculares do ensino regular, devem possibilitar aos seus estudantes a formação de suas consciências críticas e o exercícios de sua cidadania sendo um mediador no processo de construção das suas autonomias, por meio da cultura corporal de movimento e na aquisição de novos conhecimentos.

Porém, as aulas de Educação Física nas escolas ainda estão presas à modelos pedagógicos tradicionais, num modelo reprodutivista em que o professor transmite os conteúdos da maneira acrítica não considerando o contexto em que seus alunos estão inseridos, suas condições sociais, econômicas, dando sequência nos padrões das estruturas sociais presentes em nossas sociedades.

Para Saviani (2008), a Escola, quando não problematiza suas práticas, tende a reforçar as diferenças sociais ao invés de superá-las. O cotidiano da maior parte das escolas ainda reflete perspectivas ligadas aos modelos pedagógicos tradicionais que possuem forte influência do tecnicismo, valorizando o rendimento e o desempenho dos estudantes mais "habilidosos" ao decorrer da atividade.

Essa abordagem é vista como uma sistematização diretiva em que o professor faz a transmissão dos seus conhecimentos, enquanto os estudantes apenas assimilam as regras das atividades, reproduzem movimentos e se posicionam de maneira passiva.

Contudo, é válido ressaltar que o professor necessita diversificar suas práticas pedagógicas e estar sempre remodelando seus métodos e conceitos, compreendendo os esportes como agentes de transformações culturais, sociais e educativas.

Além da diversificação dos conteúdos é necessário que o professor se aprofunde nos conhecimentos com o intuito de atingir uma abrangência das dimensões atitudinais, procedimentais e conceituais em seus estudantes fugindo da perspectiva dos modelos tradicionais, não reproduzindo desigualdades sociais no ambiente escolar e evitando a falsa noção de equidade sustentada pela educação convencional, onde todos são tratados de maneira uniforme, desconsiderando suas desigualdades reais.

No âmbito da Educação Física escolar, isso se revela quando todos os alunos enfrentam as mesmas exigências técnicas, desconsiderando suas variadas vivências técnicas, o que leva à exclusão de diversos estudantes.

No contexto da Educação Física escolar a democratização do acesso ao futebol está diretamente ligada com a superação das práticas tradicionais, abrindo espaço para abordagens que diversificam as vivências pedagógicas com a intencionalidade de distinguir as diferentes formas de se vivenciar o futebol.

Evidenciando-o para a realidade desses estudantes como no futebol de rua, futebol de botão, futebol de tampinhas, futebol de dedos, em jogos adaptados e em diversas maneiras de manifestações da cultura popular por meio de abordagens críticas e reflexivas, para que se evite a ação apenas na perspectiva procedimental e que o ensino possa ser fundamentado em práticas históricas e culturais numa ampliação de olhares para além do esporte tradicional, favorecendo sua democratização.

A partir da tematização do futebol é possível estruturar e organizar os conteúdos por meio da seleção de temas que possibilitem sua identificação e organização a partir da diversidade e aprofundamento desse conteúdo, essa tematização liga a Educação Física diretamente a aprendizagem, ao ensino e faz com que ela tenha o poder de alcançar as dimensões procedimentais, atitudinais e conceituais.

Outro aspecto fundamental é a inclusão de momentos de reflexão crítica acerca do futebol, tratando de questões como desigualdade de oportunidades, elitização, gênero e mídia, abrindo espaço para abordar a presença do futebol feminino na atualidade e o papel que a Educação Física escolar exerce nessas meninas que nutrem um sonho de um dia se tornar uma jogadora profissional.

O futebol praticado por mulheres que historicamente sempre foi marginalizado e em alguns momentos da história sua prática era proibida, ganhou holofotes e visibilidade nas últimas décadas, principalmente pela pavimentação e luta de classe de jogadores históricas como: Marta, Cristiane, Formiga que possuem extremo reconhecimento pelas suas conquistas esportivas e pelo movimento de disseminação de incentivo ao esporte, campanhas visando uma melhor infraestrutura para a prática do esporte em nosso país e motivando os nossos talentos das bases a continuarem acreditando e investindo em suas carreiras, outra fator que auxiliou nesse visibilidade foi o crescimento de campeonatos como a Copa do Mundo Feminina da FIFA.

É importante compreender sobre as desigualdades de gênero fortemente influenciadas pelas raízes históricas geradas pela proibição da prática do futebol feminino no Brasil Iniciando em 1941, foi posteriormente proibida de maneira clara em 1965 pelo Conselho Nacional de Desportos, sendo permitida novamente apenas em 1979, o que destaca as origens históricas da desigualdade de gênero no cenário esportivo.

Essas ações acabaram por reforçar os estereótipos em relação à associação do futebol apenas ao universo masculino, negligenciando o espaço das mulheres na prática e ocasionando diretamente um impacto na inserção e o seu reconhecimento no esporte. No contexto atual ainda é perceptível visualizar aspectos históricos e culturais que influenciam na participação das meninas nas aulas de Educação Física, enfrentando barreiras como a falta de incentivo de participação ao decorrer das vivências esportivas escolares, baixa representatividade e os preconceitos enraizados nas sociedades e reproduzidos diariamente em nosso cotidiano.

Nesse sentido, a Educação Física escolar se torna essencial na promoção de práticas pedagógicas valorizando a participação e a presença feminina, com protagonismo por parte das estudantes e buscando problematizar as relações de gêneros presentes nos esportes, é papel do professor contribuir pela desconstrução dos estigmas e no desenvolvimento de novas oportunidades para a vivência do futebol, onde meninas e meninos tenham a chance de participar em condições mais justas, reconhecendo o esporte como um espaço de expressão, direito e mudança social.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) orienta que a Educação Física incentive as práticas corporais por meio de manifestações culturais que enfatizam o poder das análises críticas dentro das relações sociais que incluem as questões de desigualdades e principalmente de gêneros, contribuindo para que ocorra uma valorização das diversidades juntamente com a luta pelo fim dos preconceitos.

Para Demerval Saviani (2008), é papel da escola não reproduzir as desigualdades provenientes das sociedades, atuando de maneira reflexiva nessa superação. A inclusão do futebol feminino nas aulas de Educação Física não apenas enriquece o conteúdo, mas também se estabelece como uma abordagem pedagógica essencial para a democratização do esporte, favorecendo a inclusão, a equidade e o desenvolvimento crítico dos estudantes.

Nessa perspectiva, o futebol mostra-se como uma manifestação da cultura corporal de movimento, ultrapassando a dimensão esportiva e passa a ser considerado como um fenômeno social, cultural e educativo presente na sociedade brasileira.

Segundo Balzano et al. (2019), o futebol atua como uma ferramenta de inclusão social especialmente para crianças e adolescentes provenientes de classes sociais inferiores socioeconomicamente num processo de integração, aceitação e desenvolvimento no cotidiano

escolar, e nesse sentido as bolsas escolares exercem papel primordial para os estudantes que visam ser atletas profissionais de futebol no futuro, buscando no esporte oportunidades de ascensão social e melhorar a qualidade de vida de suas famílias, apesar dos diversos problemas sociais enfrentados diariamente por esses jovens.

A partir do projeto “Esporte Social” desenvolvido em Porto Alegre no colégio Israelita com estudantes de classes populares, foi possível observar uma adaptação ao ambiente de uma escola particular cercados de inúmeros enfrentamentos, porém houve uma facilidade na comunicação e socialização com o coletivo de estudantes da instituição pelo fato de já serem atletas, evidenciado o papel do futebol como um mediador das relações sociais.

A maior parte desses jovens nutre o sonho de se tornarem jogadores profissionais de futebol e a escola atua nesse processo sendo mediador para alcançar essa meta, as famílias também exercem funções fundamentais no incentivo a continuação dos estudos e sendo um pilar para esses jovens que visam ascensão social por meio do esporte.

Essa expectativa se faz presente em muitos lares de famílias brasileiras por conta do imaginário socialmente construído e pelo papel dos veículos midiáticos, complementando a visão Rinke (2007), aponta o futebol principalmente na América Latina como um meio de projeção social e exportação de talentos com grande importância econômica, e Gonçalves (2006) enfatiza que iniciativas sociais relacionadas ao esporte desempenham um papel importante na inclusão de jovens negros e da classe trabalhadora, ajudando a diminuir as desigualdades que foram historicamente estabelecidas e expandindo as possibilidades de integração social e profissional.

Entretanto, a responsabilidade da democratização do futebol não pode ser somente atribuída aos professores, famílias ou escolas. É imprescindível que se estabeleçam políticas públicas permanentes ampliadoras dos acessos às práticas esportivas de crianças e adolescentes, garantindo melhores infraestruturas, formação continuada constante para professores, programas de iniciação esportiva e recursos para aumentar os financiamentos em projetos sociais voltados para o esporte.

Com a ausência dessas iniciativas à responsabilidade inclusiva se torna totalmente dependente de ações escolares, que na maioria dos casos não possuem verbas suficientes para enfrentarem sozinhas as desigualdades sociais historicamente produzidas pelas sociedades.

ampliação das oportunidades esportivas vai além de simplesmente aumentar a acessibilidade à prática esportiva, implica também em estabelecer condições que permitam com que os estudantes permaneçam e progridam nesse contexto, independentemente de sua origem social, gênero ou situação financeira.

Desse modo, os aspectos sociais da democratização do futebol necessitam de intervenções colaborativas entre famílias, escolas, poder público e comunidades, com o intuito de garantir o esporte como um direito social acessível para todos.

Quando analisado por um ângulo pedagógico crítico, o futebol transcende sua natureza de uma atividade "meramente" esportiva, e se estabelece como um forte meio de democratização dentro da escola. É responsabilidade da Educação Física facilitar não somente o acesso à prática, mas também questionar as desigualdades existentes e enfatizar as diversas histórias dos estudantes, reconhecendo o esporte como um ambiente para a formação de identidades, sensação de pertencimento e mudança social.

Neste contexto, as bolsas de estudo voltadas para atletas desempenham uma função significativa, permitindo que jovens de classes menos favorecidas tenham acesso e possam permanecer em instituições de ensino que, em muitos casos, estariam além de sua capacidade. Além de favorecer a prática esportiva, essas bolsas simbolizam chances reais de ascensão social, ampliando as perspectivas educacionais, culturais e profissionais desses estudantes.

Outro ponto que merece ser destacado diz respeito à pressão psicológica imposta a crianças e adolescentes que percebem no futebol uma chance de melhorar suas condições de vida. Em muitas situações, jovens oriundos de classes populares começam a cultivar grandes expectativas em relação a uma possível carreira esportiva, incentivados por familiares, empresários, clubes e pela própria mídia esportiva.

Contudo, a profissionalização é uma realidade alcançada por uma quantidade reduzida dos praticantes, resultando em que muitos jovens enfrentam sentimentos de frustrações, fracassos e desmotivações quando não conseguem realizar esse sonho. A forte competitividade presente nos processos de seleção e formação de atletas pode ainda gerar ansiedade, insegurança e até mesmo o abandono prematuro dos estudos, especialmente quando o seu plano de vida passa a ser ajustado exclusivamente em torno do sucesso no esporte.

Considerando tais aspectos, é essencial questionar a ideia amplamente reproduzida de que o futebol atua como uma solução para os desafios sociais enfrentados pelas comunidades mais vulneráveis. Embora os projetos esportivos, bolsas de estudo e programas de inclusão tenham papéis relevantes no aumento das oportunidades, não é possível responsabilizar o esporte pela extinção das desigualdades que foram historicamente construídas pela sociedade.

Dificuldades ligadas à pobreza, exclusão social, degradação da educação e a falta de acesso a direitos essenciais necessitam de políticas públicas atuantes e permanentes, indo além dos limites das práticas esportivas. Quando se define o futebol como o principal caminho para a ascensão social, existe o risco de transferir ao indivíduo a responsabilidade pelo seu sucesso ou insucesso, ignorando as barreiras estruturais que influenciam suas oportunidades de progresso.

Sob a visão da Pedagogia Histórico-Crítica, essa análise se torna essencial, Saviani (2008), afirma que nenhuma prática social é neutra ou capaz de transformar a realidade de maneira isolada. Assim, a escola pode contribuir tanto para a manutenção, quanto para a superação das desigualdades sociais, o futebol também se configura como um espaço repleto de contradições.

Contudo, quando analisado por um ângulo pedagógico crítico, o futebol transcende sua natureza de uma atividade "meramente" esportiva, e se estabelece como um forte meio de democratização dentro da escola, mas não deve ser considerado como um "salvador" na superação das desigualdades sociais e da ascensão social, isso se configura como uma exceção, e não uma regra.

Portanto, é importante entender que o futebol não se demostra como uma prática inclusiva e democrática. Assim como outras expressões sociais, ele pode também reproduzir preconceitos, estereótipos e relações de exclusão que já existem na sociedade. Além disso, a valorização excessiva da competição e do desempenho pode levar à marginalização de estudantes que não atendem aos padrões esportivos tradicionalmente valorizados, o que intensifica sentimentos de incapacidade e afastamento da atividade.

Dessa maneira, a democratização do futebol está ligada à intenção pedagógica que se atribui a esse conteúdo. A Educação Física nas escolas deve criar experiências que vão além da lógica do desempenho esportivo, permitindo que todos os alunos se envolvam, reflitam e

compreendam criticamente os significados sociais, culturais e históricos que estão atrelados a essa prática.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como finalidade analisar os impactos da elitização no futebol nos acessos principalmente relacionados aos estudantes de baixa renda e à prática esportiva, bem como compreender as funções da Educação Física nas escolas e dos papéis das políticas públicas ao proporcionarem garantias para essa parcela da população possa usufruir desses acessos.

Por meio de uma revisão de literatura e da pesquisa qualitativa realizada com professores da Escola Parque 308 sul - Brasília, se tornou possível obter uma maior compreensão que o futebol historicamente é visualizado como uma atividade cultural e popular amplamente valorizado e praticado pela sociedade brasileira, o esporte tem passado por diversos processos de mercantilização que geram limitações nas participações e envolvimentos de crianças e jovens provenientes das classes populares.

Os resultados da pesquisa demonstraram a implicância da elitização sendo manifestada por fatores distintos como: os altos custos das escolinhas particulares, despesas de transporte, aquisição de materiais esportivos e taxas para participar de competições, além das disparidades socioeconômicas que restringem o acesso de muitos estudantes aos espaços voltados para a formação esportiva.

Nessa perspectiva, se evidenciou a importância dos papéis cruciais desempenhados pelas escolas públicas por meio da democratização do esporte, sendo muitas vezes o único local em que esses jovens possuem contato contínuo com as vivências do jogo, entre outras expressões da cultura corporal de movimento.

Por meio dos relatos coletados com os docentes por meio das entrevistas, pode-se constatar que os obstáculos enfrentados pelos estudantes não se relacionam apenas com questões financeiras, mas também englobam problemas estruturais, sociais e de infraestrutura presentes em seus contextos escolares e em seus cotidianos.

Os depoimentos dos professores ressaltaram a influência das condições econômicas das famílias, as disparidades de oportunidades entre os estudantes que frequentam escolinhas privadas e aqueles que dependem exclusivamente da escola pública, além da urgência de investimentos em infraestrutura, em materiais esportivos e em políticas públicas focadas no esporte educacional.

Ao decorrer da pesquisa se pode perceber que a Educação Física escolar atua como um mediador crucial no combate a elitização do futebol, atuando por meio de abordagens críticas, reflexivas e inclusivas, possibilitando aos professores a expansão de participação dos estudantes num processo de valorização das diversas formas de se vivenciar o futebol e abordando com eles questões sobre as desigualdades sociais, gêneros, cidadania, mídia etc.

Nessa visão, o futebol começaria a ser interpretado como uma manifestação cultural, social e educacional, auxiliando na criação do pensamento crítico desses sujeitos e deixando de ser observado apenas como uma mera "prática esportiva".

Em relação aos projetos sociais, o estudo demonstrou a importância das bolsas de estudos e políticas públicas direcionadas para inclusão no âmbito do esporte. Tais iniciativas demonstraram potenciais no aumento das oportunidades educacionais e esportivas no cotidiano de jovens provenientes de famílias com baixa renda, oportunizando maiores oportunidades de mobilidade social por meio das práticas esportivas.

No entanto, a democratização do futebol é dependente de ações contínuas de investimentos e que ocorra uma articulação entre a escola, a família, a comunidade e o governo. Portanto, por meio do estudo se concluiu que a elitização do futebol constitui desafios que vão além da bolha do esporte, refletindo desigualdades construídas ao longo da história na sociedade brasileira.

Seguindo essa perspectiva, a Educação Física escolar surge como um espaço privilegiado na promoção democrática do acesso ao futebol, contribuindo para a criação de práticas pedagógicas inclusivas e atuando ativamente na formação de estudantes críticos e conscientes de suas funções sociais.

Contudo, a manutenção do direito ao esporte não se correlaciona apenas com o aumento dos acessos às atividades esportivas, mas também em garantir condições em que

todos participem, se desenvolvam e se mantenham nesses espaços, independentemente de sua origem social, gênero ou situação econômica.

Por fim, as entrevistas conduzidas possibilitaram entender de que maneira os processos de elitização do futebol são vistos pelos profissionais que diariamente trabalham na escola pública, proporcionando uma visão prática sobre os desafios que frequentemente são abordados apenas de maneira teórica.

Os resultados da pesquisa se conectam diretamente com as considerações de Saviani (2008), ao revelarem que a escola tem a capacidade de contribuir tanto para a reprodução quanto para a luta contra as desigualdades sociais. De maneira similar, as discussões no âmbito da Educação Física criticam e ampliam a percepção do futebol como uma manifestação cultural, que merece ser abordada de forma pedagógica, permitindo aos alunos uma interpretação mais abrangente das interações sociais que estão presentes no esporte.

É possível recomendar que pesquisas futuras explorem a perspectiva dos estudantes sobre os efeitos da elitização do futebol em suas jornadas esportivas e educacionais, além de analisar experiências de projetos sociais e políticas públicas que ajudem a aumentar o acesso ao esporte em diversas regiões do país.

5.1 Apêndice A – Roteiro de entrevista

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Caracterização do(a) entrevistado(a) e contexto escolar

- Há quanto tempo você atua como professor(a) de Educação Física?
- Em que etapa(s) de ensino você trabalha?
- Como você caracterizaria o perfil socioeconômico dos estudantes da sua escola?

Acesso ao futebol e desigualdades sociais

- Na sua percepção, quais são as principais dificuldades enfrentadas por estudantes de baixa renda para participar das práticas de futebol dentro e fora da escola?
- Você observa diferenças de acesso ao futebol entre alunos de diferentes realidades socioeconômicas? Poderia exemplificar?
- De que forma fatores como renda, acesso a clubes, escolinhas ou equipamentos influenciam essa participação? Poderia exemplificar?

Elitização e mercantilização do futebol

- Você percebe que o futebol tem se tornado mais elitizado ou dependente de recursos financeiros? Como isso aparece no cotidiano dos alunos?
- De que forma a existência de escolinhas pagas, clubes privados ou outras estruturas influencia o acesso dos estudantes ao futebol?
- Na sua visão, isso impacta o interesse ou a participação dos alunos nas aulas de Educação Física?

Papel da escola e da Educação Física

- De que maneira a escola consegue (ou não) reduzir as desigualdades no acesso ao futebol?
- Na sua organização pedagógica há aulas sobre - ou de – futebol?

- Se sim, você leva em consideração as diferenças de acesso à modalidade entre os alunos?
- Você adota estratégias para tornar a prática mais inclusiva? Quais?

Condições estruturais e materiais

- Há materiais e espaços adequados para a prática do futebol na escola?
- Quais são os principais obstáculos (infraestrutura, tempo, apoio institucional, etc.) para a realização dessas atividades?
- O que seria necessário para que a prática do futebol fosse mais acessível e inclusiva na escola pública?

Políticas públicas e possibilidades de intervenção

- Você conhece alguma política pública ou programa que incentive o acesso ao esporte/futebol nas escolas?
- Na sua opinião, que ações ou políticas poderiam ampliar o acesso ao futebol para estudantes de baixa renda?
- Qual deveria ser o papel do Estado nesse processo?

5.2. Apêndice B.

Quadro 1 – Principais barreiras enfrentadas por estudantes de baixa renda no acesso ao futebol segundo os professores entrevistados.

Categoria de análise	Percepções identificadas nas entrevistas
Condição socioeconômica	A renda da família tem um impacto direto sobre a capacidade dos estudantes de participar de atividades esportivas extracurriculares.
Acesso a escolinhas e clubes	Estudantes com melhores recursos financeiros têm maiores oportunidades de participarem de treinamentos especializados, competições e receberem suporte técnico.
Dependência da escola	Muitos estudantes de baixa renda dependem exclusivamente da escola para ter contato com práticas esportivas organizadas.
Custos financeiros	Gastos com transporte, materiais esportivos, uniformes, mensalidades e inscrições em campeonatos foram apontados como obstáculos recorrentes.
Desigualdade de oportunidades	Foram observadas diferenças no desenvolvimento técnico entre estudantes que frequentam escolinhas e aqueles que participam apenas das aulas de Educação Física.
Papel da família	Os professores destacaram que o incentivo familiar pode favorecer a permanência dos estudantes nas práticas esportivas, mesmo diante das dificuldades econômicas.
Políticas públicas e projetos sociais	Os entrevistados defenderam a ampliação de projetos sociais, programas esportivos e investimentos públicos para democratizar o acesso ao futebol.
Papel da escola	A Educação Física escolar foi apontada como importante espaço de inclusão, democratização do acesso ao esporte e redução das desigualdades.

Quadro 2 – Dificuldades estruturais, materiais e sociais para a prática do futebol na escola.

Categoria de análise	Percepções identificadas nas entrevistas
Infraestrutura	Necessidade de melhorias em quadras e espaços esportivos
Materiais	Diferenças na disponibilidade de equipamentos
Barreiras sociais	Vulnerabilidades econômicas e dificuldades de acesso
Inclusão	Necessidade de estratégias pedagógicas inclusivas

Investimentos públicos	Ampliação de recursos para o esporte escolar

5.3. Anexo A – Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE).

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada "A elitização do futebol e seus impactos no contexto da Educação Física escolar", desenvolvida por Luan Elisson Barbosa da Silva, estudante da Universidade de Brasília (UnB), sob orientação de Pedro Fernando Avalone de Athayde.

Objetivo da pesquisa:

Esta pesquisa tem como objetivo analisar como o processo de elitização do futebol influencia o acesso, a participação e as experiências dos estudantes nas aulas de Educação Física escolar.

Procedimentos:

Sua participação consistirá em responder a uma entrevista/questionário com perguntas relacionadas ao tema da pesquisa. A participação terá duração aproximada de 30 a 40 minutos. Caso autorizado, a entrevista poderá ser gravada para fins de análise.

Riscos e desconfortos:

Os riscos são mínimos, podendo envolver apenas algum desconforto ao responder determinadas perguntas. Você pode optar por não responder qualquer questão que cause incômodo.

Benefícios:

Não há benefícios diretos. Entretanto, sua participação contribuirá para a produção de conhecimento científico sobre o acesso ao esporte na escola, podendo colaborar para reflexões e melhorias nas práticas pedagógicas.

Sigilo e confidencialidade:

Todas as informações fornecidas serão tratadas com sigilo. Seu nome não será divulgado, sendo garantido o anonimato. Os dados serão utilizados exclusivamente para fins acadêmicos.

Participação voluntária:

Sua participação é totalmente voluntária. Você pode recusar participar ou desistir a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

Contato:

Em caso de dúvidas, você pode entrar em contato com o pesquisador pelo e-mail: luanelisson123@gmail.com

ou com o orientador da pesquisa pelo e-mail: pedroathayde@unb.br

Caso queira, também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da instituição.

Declaro que fui devidamente informado(a) sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa e concordo voluntariamente em participar.

Local e data:

_____

Nome do participante:

_____

Assinatura do participante:

_____

Assinatura do pesquisador:

_____

6. REFERÊNCIAS

BALZANO, Otávio Nogueira; RODRIGUES, Abraham Lincoln de Paula; SILVA, Gilberto Ferreira da; MUNSBERG, João Alberto Steffen. O futebol como ferramenta de inclusão social e escolar. *Pensar a Prática*, Goiânia, v. 22, 2019. DOI: https://doi.org/10.5216/rpp.v22.52689.

BRACHT, Valter. *A constituição das teorias pedagógicas da Educação Física*. Cadernos Cedes, Campinas, ano XIX, n. 48, p. 69-88, 1999.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Censo Escolar da Educação Básica 2017: notas estatísticas*. Brasília, DF: INEP, 2018.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre o desporto e dá outras providências (Lei Pelé). *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 25 mar. 1998.

BRASIL. Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006. Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências (Lei de Incentivo ao Esporte). *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 29 dez. 2006.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023. Institui a Lei Geral do Esporte. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 15 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério do Esporte. *Política Nacional do Esporte*. Brasília, DF: Ministério do Esporte, 2022.

CANAN, Felipe; STAREPRAVO, Fernando Augusto. O esporte na Constituição brasileira: genealogia e teleologia do artigo 217. *Movimento*, Porto Alegre, v. 27, e27026, 2021. DOI: https://doi.org/10.22456/1982-8918.103537.

CASTRO, Demian Garcia. *"O Maraca é nosso!": da "monumentalidade das massas" ao "padrão FIFA": neoliberalização da cidade, elitização do futebol e lutas sociais em torno do Maracanã*. 2016. 259 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do ensino de Educação Física*. São Paulo: Cortez, 1992.

DAMATTA, Roberto. *Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982.

DUPRAT, Nicolas; DOWBOR, Monika Veronica; HEIDRICH, Regina de Oliveira; **SANFELICE**, Gustavo Roese. Elitização dos torcedores do futebol brasileiro: avanços e formas de resistências das torcidas do Sport Club Internacional (2003-2018). *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, v. 17, n. 12, 2024. DOI: https://doi.org/10.55905/revconv.17n.12-175.

EBLING, João Carlos Souto. *O preço da elitização do futebol brasileiro*. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2014.

GLOBO ESPORTE. PIB do esporte passa de R$ 180 bilhões, supera cultura e pode ser trunfo para investimentos. *Globo Esporte*, 26 jun. 2025. Disponível em: https://ge.globo.com/. Acesso em: 5 jul. 2026.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. *Negros e educação no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2006.

MASCARENHAS, Fernando; SANTANA REIS, Nadson; TEIXEIRA, Marcelo Resende. Indústria do futebol e acumulação capitalista: um debate a partir da economia política da Premier League. *Movimento*, Porto Alegre, v. 30, e30018, 2024.

RINKE, Stefan. *História do futebol na América Latina: uma nova perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. 41. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SOUZA JÚNIOR, Osmar Moreira de; DARIDO, Suraya Cristina. Refletindo sobre a tematização do futebol na Educação Física escolar. *Motriz: Revista de Educação Física*, Rio Claro, v. 16, n. 4, p. 920-930, out./dez. 2010. DOI: https://doi.org/10.5016/1980-6574.2010v16n4p920.

TEIXEIRA, Marcelo Resende. *A metamorfose dos meninos em homens que "vendem suas pernas": produção, expropriações, trabalho e classe social de jogadores de futebol*. 2025. 507 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2025.

VIEIRA, Larissa Mariano. *Futebol: do sonho do jogo ao jogo do mercado*. 2016. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.